



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Licenciatura em Ciência Política

***E-PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DO IMPACTO
DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO
PÚBLICA DOS JOVENS ACTIVISTAS DA CIDADE DE MAPUTO (2023-2024)***

Licencianda:

Dalma Esta Mazivila

Supervisor:

Doutor Dércio Tsandzana, PhD

Maputo, Setembro, 2025

Dalma Esta Mazivila

***E-PARTICIPAÇÃO* POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DO IMPACTO
DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO
PÚBLICA DOS JOVENS ACTIVISTAS DA CIDADE DE MAPUTO**

Trabalho de Fim de curso a ser apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Supervisor: Doutor Dércio Tsandzana, PhD

Maputo, Setembro, 2025

DALMA ESTA MAZIVILA

***E-PARTICIPAÇÃO* POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DO IMPACTO
DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO
PÚBLICA DOS JOVENS ACTIVISTAS DA CIDADE DE MAPUTO**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política na Universidade Eduardo
Mondlane

O JÚRI

(Presidente)

(Oponente)

(Supervisor)

Maputo, Setembro, 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico e que é resultado da minha investigação pessoal. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto e na bibliografia final.

A Licencianda

Dalma Esta Mazivila

DEDICATÓRIA

O presente trabalho é dedicado aos meus pais, Rafael Manguel e Esta Marcos Mazivila. Simultaneamente, vai aos meus irmãos Crisalda, Delfina, Fábio e Chelsia, e ao meu cunhado Flávio Racune Alberto.

AGRADECIMENTOS

A realização da presente monografia marca não apenas o encerramento de uma etapa repleta de aprendizagens e desafios, mas também o início de uma nova jornada intelectual e pessoal. Sem o apoio de determinadas pessoas, este percurso não teria sido possível. Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a mim mesma, pela resiliência e pela coragem de não desistir, mesmo diante dos obstáculos que se impuseram na minha vida pessoal ao longo da formação acadêmica.

Expresso a minha profunda gratidão ao meu supervisor, Professor Dércio Tsandzana, que aceitou o desafio de orientar este trabalho com prontidão e sem hesitação. Agradeço a sua exigência científica, disponibilidade e rigor metodológico que foram determinantes para o amadurecimento desta pesquisa.

Agradeço, com emoção, ao meu falecido pai, Rafael Manguel, que em vida ofereceu até à última gota de suor para que eu pudesse estudar. É com tristeza que reconheço que não estás aqui para testemunhar este momento, mas é também com orgulho que dedico-te esta conquista. Igualmente, agradeço à minha mãe, Esta Marcos Mazivila, que, com o cabo curto da sua enxada, deu o seu máximo para que nada me faltasse, acompanhando com rigor e carinho o meu processo de ensino e aprendizagem.

Aos meus segundos pais, Crisalda Bila, minha irmã mais velha, Flávio Alberto, meu cunhado, aos meus irmãos, Delfina, Fábio e Chelsia, e às minhas sobrinhas, agradeço pela força, motivação e alegria que sempre me transmitiram.

Aos colegas da faculdade, José Lourenço, Stela da Gilda, Mafalda Wareno, Flora Mondlane e a todo o grupo de trabalho, pelas longas sextas-feiras de pão e badjia, em que realizámos os nossos trabalhos em conjunto, deixo o meu reconhecimento e carinho, igualmente agradeço aos meus amigos Henriques Júnior, Camila e Professor Ernesto, que me acompanharam e incentivaram desde o início desta pesquisa.

Estendo os meus agradecimentos aos docentes do Departamento de Administração e Ciência Política da Faculdade de Letras, que contribuíram para a formação da estudante que sou hoje.

Agradeço, por fim, aos jovens activistas que aceitaram participar neste estudo, partilhando as suas experiências e visões com generosidade e compromisso.

RESUMO

Moçambique tem atravessado um processo de transformação política marcado por desigualdades sociais e crescente desconfiança nos mecanismos tradicionais de representação. Neste contexto, emergem novas formas de participação política mediadas pelas redes sociais da Internet, sobretudo na cidade de Maputo, centro decisório e digital do país. Plataformas como Facebook, WhatsApp, X e YouTube configuram-se como espaços de expressão, mobilização e construção de narrativas políticas, facilitando a circulação de discursos contestatórios e promovendo formas alternativas de engajamento. Jovens activistas, ao apropriarem-se desses ambientes digitais, reconfiguram o debate público e desafiam os limites da cidadania convencional.

A atuação de diferentes sujeitos nos ambientes digitais incluindo jovens activistas nestes espaços ilustra como a sua atuação nas redes sociais permite influenciar decisões cotidianas, afetos colectivos e processos de mobilização, principalmente num contexto marcado por desconfiança institucional e fragilidade das estruturas tradicionais de representação.

Este estudo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos das redes sociais da Internet na formação da opinião pública entre jovens activistas da cidade de Maputo, no período de 2023 a 2024.

A partir de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens activistas entre 18 e 35 anos, complementadas por observação netnográfica em ambientes digitais. Esta pesquisa foi orientada pela Teoria do Agenda-Setting e por referenciais sobre esfera pública, comunicação política e cultura digital. Os resultados indicam que as redes sociais funcionam como espaços híbridos de visibilidade, contestação e construção de narrativas políticas, onde o agir comunicativo, a pluralidade discursiva e a imprevisibilidade da acção contribuem para a formação da opinião crítica dos sujeitos.

Palavras-Chave: Participação política, redes sociais da Internet, opinião pública

ABSTRACT

Mozambique has been undergoing a political transformation marked by social inequalities and growing distrust in traditional mechanisms of representation. In this context, new forms of political participation have emerged, mediated by Internet-based social networks, particularly in the city of Maputo, the country's digital and decision-making center. Platforms such as Facebook, WhatsApp, X, and YouTube have become spaces for expression, mobilization, and the construction of political narratives, facilitating the circulation of dissenting discourses and promoting alternative forms of engagement. Young activists, by appropriating these digital environments, reshape public debate and challenge the boundaries of conventional citizenship.

The engagement of diverse actors in digital environments including young activists illustrates how their presence on social media influences everyday decisions, collective emotions, and mobilization processes, particularly in a context marked by institutional distrust and the fragility of traditional structures of representation.

This study offers a critical reflection on the impact of Internet-based social networks on public opinion formation among young activists in Maputo, between 2023 and 2024. Based on a qualitative approach, semi-structured interviews were conducted with activists aged 18 to 35, complemented by netnographic observation in digital environments. This research was guided by Agenda-Setting Theory and theoretical frameworks on the public sphere, political communication, and digital culture. The findings indicate that social networks function as hybrid spaces of visibility, contestation, and political narrative construction, where communicative action, discursive plurality, and the unpredictability of engagement contribute to the development of critical public opinion.

Keywords: Political participation, Internet-based social networks, public opinion

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS E GRÁFICO	viii
CAPÍTULO I.....	1
INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objectivos:	3
1.1.1 Objectivo Geral:.....	3
1.3. Problematização	4
1.4. Hipótese	7
1.5. Contextualização.....	8
1.5.1. Panorama Digital de Moçambique.....	9
1.5. 2 Mobilização através do uso das Redes Sociais de Internet	10
1.5.3. Estudos sobre Redes Sociais de Internet e Mobilização Social em Moçambique.....	12
1.6. Relevância do Estudo.....	16
1.7 Metodologia	19
CAPÍTULO II.....	24
REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1. Participação Política Institucional: Contexto histórico e enquadramento legal..	24
2.1.1 Participação Política em Moçambique: Entre Conquistas Legais e Limites Democráticos.....	25
2.2. Participação Política Digital: Redes Sociais da Internet e Formação da Opinião Pública	27

2.3. Quadro conceptual	31
2.3.1. Participação política	32
2.3.2 E-Participação Política	33
2.3.3. Redes sociais da Internet	34
2.3.4. Opinião Pública	35
2.3.5. Jovem.....	37
2.4. Enquadramento teórico	37
CAPITULO III	41
E-PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA DOS JOVENS ACTIVISTAS DA CIDADE DE MAPUTO.....	41
3.1. Algoritmos e Influência Cognitiva na Construção da Opinião Pública.....	41
3.2. A Influência Política dos Líderes Digitais na Formação da Opinião Pública.....	45
3.3. Máscaras Virtuais: A Discrepância Entre Engajamento político <i>Online</i> e Participação Real	48
3.4. Fake News e Manipulação Política nas redes sociais da Internet Moçambicanas	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICE	67

LISTA DE FIGURAS

Screenshot 1: Comentário sobre promessa presidencial de repressão.....	43
Screenshot 2 : Postagem atribuída ao presidente Daniel Chapo sobre repressão às manifestações	43
Screenshot 3. Comentário de usuário sobre adesão nacional à convocação	46
Screenshot 4. Postagem de convocação de protesto por Venâncio Mondlane	46
Screenshot 5. Postagem de convocação de protesto por Venâncio Mondlane	51

Screenshot 6. Postagem sobre vandalização de caminhão	52
---	----

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Grafico 1:.....	10
-----------------	----

Tabela1: Principais manifestações ocorridas em Maputo no período de 2010-2024.....	15
--	----

Tabela 2: Perfil dos entrevistados.....	22
---	----

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Num mundo cada vez mais digitalizado, as redes sociais da Internet¹ emergem como ferramentas de comunicação trazendo novas formas de participação política e moldando a opinião pública, contrapondo as formas de participação política convencional ou tradicional na qual se enquadram na definição apresentada por Gandini, Riscal et al. (2010), que definem participação política como acções que vão desde o exercício de poder ao exercício do poder soberano através das eleições. Refere-se, também, às manifestações políticas, movimentos sociais, acções de apoio aos partidos políticos e a sua participação activa neles.

Por sua vez, Mesquita & Cantoni (2015), apontam que a participação política se relaciona às acções empreendidas pelos cidadãos com prerrogativa de influenciar resultados políticos, manifestar demandas e manter os governantes responsivos. Mais adiante, Gorczewski & Martin (2018) argumentam que a participação política seria tomar parte na sociedade política, informar e fazer todos saberem de suas opiniões.

No entanto, autores como Nhantumbo (2018) apontam que a participação política tem estado em descarrilamento nas formas convencionais e possivelmente nas inconventionais. Do mesmo modo, Marques (2008) argumenta que existe uma distância abismal entre os cidadãos e as instituições, a polarização ideológica e a crise da representatividade colocam a participação política em crise.

Corroborando com o pensamento apresentado por Marques (2008), Nascimento (2020), argumenta que o fenómeno da crise está ancorado na frustração das expectativas depositadas em representantes políticos e pela elevação gradual e crescente no número de eleitores que se abstém do voto.

Este fenómeno descrito pelos autores acima citados se observa em diversos países, inclusive em Moçambique, onde a desconfiança nas instituições, polarização ideológica,

¹ Segundo Leite (2016), com a Internet surgem as redes sociais virtuais que são meios de comunicação em que os cidadãos têm a possibilidade de ter contacto com qualquer outra pessoa. Entretanto, nesta pesquisa, a expressão "*redes sociais da Internet*" é utilizada para destacar que essas plataformas funcionam dentro da infraestrutura da Internet, sendo esta a base para sua operação e alcance global.

crise da representatividade e abstenção eleitoral, tornam-se particularmente evidentes refletido nos dados de participação eleitoral, como descrito por Luís de Brito (2019) onde argumenta que após uma participação nas eleições de 1994 e 1999, com abstenções de 12% e 32%, respetivamente, o país passou a registar níveis cada vez mais elevados entre 64% em 2004, 55% em 2009 e 51% em 2014. Em 2019, a abstenção manteve-se em 51%, consolidando o que Egídio Chaimite (2024) denomina como uma “democracia de abstenção”. Segundo Halon e Fox (2006), e Chaimite (2023) citados por Chaimite (2024) esse fenómeno está associado à desilusão política, à fadiga democrática e à percepção de que o voto não gera mudanças concretas na vida quotidiana. A persistência desses indicadores revela uma crise de confiança e uma ruptura entre cidadãos e instituições, agravada por factores históricos como a hegemonia partidária e a fragilidade dos mecanismos de responsabilização.

Diante dos desafios contemporâneos citados anteriormente, as redes sociais da Internet têm se configurado como espaços alternativos de consciencialização, mobilização e envolvimento político, conforme apontam Lapa, Coelho e Schwertl (2015), ao analisarem o papel das plataformas digitais na reconfiguração da esfera pública. Esta pesquisa, intitulada *E-Participação Política em Moçambique: Análise do Impacto das Redes Sociais da Internet na Formação da Opinião Pública dos jovens activistas da cidade de Maputo (2023–2024)*, tem como objectivo compreender de que forma essas plataformas digitais transformam a dinâmica da participação política e influenciam os processos de formação da opinião pública dos jovens activistas da cidade de Maputo.

Inscrito neste debate sobre as reconfigurações da participação política (entendidas aqui como transformações nos modos de engajamento cívico e nas formas de mediação entre cidadãos e instituições), conforme discutido por autores como Dahlgren (2009) e Cardoso & Lapa (2011), o estudo concentra-se nos limites, desafios e possibilidades da e-participação moçambicana, explorando casos emblemáticos de actuação política digital e os mecanismos informacionais que conformam a agenda pública. O recorte temporal compreende o período entre 2023 e 2024, em virtude da intensificação recente da mobilização política digital em Moçambique, marcada por episódios de engajamento juvenil, campanhas de sensibilização online e até ao uso estratégicos das redes sociais online por figuras públicas e movimentos civis.

Para tanto, o trabalho adopta como eixo analítico a teoria do *agenda-setting*, buscando compreender como determinados temas ganham relevância no ambiente digital e quais os efeitos dessa visibilidade sobre o comportamento político e opinião dos jovens moçambicanos. A abordagem também se estende ao panorama institucional moçambicano, relacionando práticas de participação política com processos eleitorais e o papel das instituições formais e informais.

Em termos metodológicos, o presente trabalho dedica-se à análise qualitativa da participação política dos jovens moçambicanos, mediada pelas redes sociais da Internet, com especial atenção à sua capacidade de influenciar a opinião pública e reconfigurar os espaços de deliberação política. A investigação baseia-se na revisão teórica sobre participação política digital e opinião pública, articulada com dados empíricos recolhidos por meio de entrevista semi-estruturada e análise documental.

A estrutura do trabalho organiza-se em três partes principais. A primeira parte apresenta a introdução, a problematização, a hipótese, objetivos da pesquisa, a relevância do estudo e a contextualização histórica e política da participação política em Moçambique. Na segunda parte, desenvolve-se a revisão da literatura, a fundamentação teórica e o quadro conceptual que orientou essa pesquisa. A terceira parte é dedicada à apresentação, análise e discussão dos dados empíricos, seguida das considerações finais, nas quais se sumarizam os principais achados e se apontam contribuições para futuros estudos sobre democracia digital e juventude moçambicana.

1.1 Objectivos:

1.1.1 Objectivo Geral:

- Analisar como o uso das redes sociais da Internet pelos jovens activistas da cidade de Maputo influencia a transformação da sua opinião política.

➤ 1.1.2 Objectivos específicos:

- Compreender o engajamento virtual e sua influência nas percepções e atitudes dos jovens activistas da cidade de Maputo;
- Compreender de que forma os conteúdos partilhados nas redes sociais da Internet contribuem para a formação da opinião pública entre os jovens activistas;

- Explorar os desafios e oportunidades encontrados pelos jovens activistas no uso das redes sociais da Internet para acções políticas.

1.3. Problematização

A participação política em Moçambique tem evoluído notoriamente desde a transição para o multipartidarismo em 1994. Esse processo foi antecedido pela revisão constitucional de 1990, um marco fundamental na história do país, que representou sua primeira incursão no pluralismo político e liberdade de expressão. Nessa conjuntura, as formas de participação política mais comuns incluíam votar em eleições, afiliar-se a partidos políticos e participar em comícios e manifestações organizadas por esses partidos.

Entretanto, segundo Tsandzana (2018) existe uma desconfiança sobre os métodos tradicionais de participação política baseados no voto, o que leva a elevados níveis de abstenção eleitoral e ao fraco engajamento pela política [...] em todo o mundo. No contexto moçambicano, tal desconfiança é exacerbada por factores históricos, os estudos de Barroso (2017) apontam que em Moçambique devido ao legado do sistema mono-partidário marxista-leninista que vigorou no país desde a independência em 1975, até a entrada em vigor de uma nova Constituição, em 1990, que possibilitou a adopção de uma democracia multipartidária [...], o exercício da cidadania e da participação política aberta e descomprometida dos cidadãos foi sempre reservado e inexpressivo.

Apesar dos desafios enfrentados pela participação política convencional², Tsandzana (2018) argumenta que a emergência das redes sociais da Internet representa a abertura de um espaço dinâmico com novas formas de participação cívico-política. Este desenvolvimento pode ser visto como consequência dos eventos descritos por Lima (2014) que detalha como Primavera Árabe exemplificou o uso das redes sociais da Internet para a organização, convocação e divulgação dos protestos de 2009 a 2012.

De maneira semelhante, as redes sociais da Internet têm permitido aos cidadãos moçambicanos organizarem-se e mobilizarem-se para acções colectivas. “Um dos casos de protestos sociais que teve o seu epicentro com o uso de redes sociais como

² Participação Política Convencional se refere à participação dentro de um sistema representativo onde eleições e estruturas institucionais formam o núcleo do processo político. (NICOLETTI, 2013)

ferramentas de mobilização foi a manifestação realizada na cidade de Maputo, a 31 de Julho de 2013, contra a insegurança pública, um acto que contou com uma participação de mais de 10 mil pessoas” (Tsandzana, 2018).

A utilização dos meios de comunicação social está relacionada com o envolvimento dos cidadãos na política, pois essas plataformas não só expandiram as oportunidades para as pessoas se envolverem em actividades virtuais, como também se tornaram um veículo que facilita a participação numa vasta dimensão de acções offline (Tsandzana, 2022).

É precisamente neste contexto que se insere a presente pesquisa, que se propõe a analisar o envolvimento político dos jovens activistas moçambicanos através do uso das redes sociais da Internet, compreendendo não apenas o carácter mobilizador desses espaços digitais, mas também os seus efeitos na formação e reconfiguração da opinião pública em Moçambique.

Embora as redes sociais da Internet ofereçam possibilidades de “novas” ou inovadoras formas de participação *online* e disseminação de informação, existem estudiosos como Amaral (2010) que defendem que a participação política efectiva requer cidadãos capazes de compreender o processo de construção colectiva, cientes da natureza política e capazes de somar suas opiniões ao debate político. Ou seja, as redes sociais da Internet, por si só, não conseguem promover uma participação política sem que os cidadãos tenham vontade e capacidade de participar dos debates políticos.

Do mesmo modo, Leite (2016) explora os desafios da e-participação, destacando que existe um desvio da finalidade das redes sociais da Internet, porque os utilizadores passaram a escrever informações que entram na esfera privada e outras ainda, que ferem outros direitos fundamentais, provocando danos de diversas formas assim, ultrapassando o direito à liberdade de expressão e pensamento.

Além das limitações éticas apontadas por Leite (2016), König-Reis (2017) considera desafios estruturais, destacando que não é suficiente oferecer oportunidades de participação em fóruns de debates se o sistema representativo ainda se mostra incapaz de efectivamente considerar as demandas encaminhadas pelos cidadãos e pelos canais digitais.

Enquanto König-Reis (2017) aborda os desafios estruturais da e-participação (destacando a insuficiência dos canais digitais quando não há escuta institucional

efectiva), outros autores concentram-se nos efeitos nocivos do próprio ambiente digital na integridade do debate público. Fachin e Ferreira (2023), por exemplo, alertam para a instrumentalização das redes sociais da Internet durante campanhas eleitorais, ao apontarem que essas plataformas têm sido utilizadas para disseminar notícias falsas com o objectivo de moldar a opinião pública e angariar eleitores.

Nesse mesmo sentido, Scarpino e Castro Coelho (2024) sublinham que um dos problemas mais preocupantes associados às redes sociais é precisamente a velocidade com que a desinformação circula, afectando não apenas a percepção individual, mas o próprio funcionamento dos processos democráticos. “As chamadas *fakes news* representam um risco acrescido por explorarem o viés de confirmação, isto é, a tendência humana de aceitar mais facilmente informações que reforçam convicções pré-existentes” (idem, p.250).

Castro, Souza, et al (2022) argumentam que as redes sociais online agilizam a divulgação de informações, notícias e histórias que em muitos casos atingem grande repercussão sem que os usuários tenham tempo ou desejo de verificar sua autenticidade antes da partilha com outros indivíduos e grupos. Em Moçambique, fenómenos dessa natureza têm se manifestado de forma recorrente, afectando directamente o exercício democrático entre os jovens que usam as redes sociais como principal fonte de informação política.

Essa realidade é analisada por Tsandzana (2019), que examina o fenómeno da *fake news* em Moçambique:

Por exemplo, em Moçambique durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2014 assistiu-se à proliferação de várias ‘páginas falsas’ no Facebook, com os nomes dos candidatos e partidos políticos – Renamo, Frelimo e MDM. Essas páginas pretendiam denegrir a imagem de partidos/candidatos políticos concorrentes, promovendo mensagens insultuosas e com a intenção de confundir os eleitores. (Tsandzana, 2019, p.03).

Ainda em Moçambique, assistiu-se a uma onda de desinformação nas redes sociais da Internet durante as eleições autárquicas de 2023. Por exemplo, Tsandzana (2023) destaca que o cenário de manipulação e desinformação foi evidente, exemplificado pela viralização, no dia 8 de outubro de 2023, de uma imagem do presidente do partido

Renamo, Ossufo Momade, alegadamente acenando, numa actividade de campanha eleitoral, a favor do partido FRELIMO.

Estes episódios reforçam a necessidade de compreender o duplo papel do engajamento político digital, particularmente entre os jovens activistas moçambicanos. Por um lado, as redes sociais da Internet oferecem ferramentas eficazes para convocação e mobilização, por outro, tornam-se terreno fértil para práticas de manipulação discursiva, circulação de desinformação e acentuação da polarização social.

Deste modo, constata-se que, não obstante a literatura existente reconheça o papel das redes sociais da Internet na diversificação das formas de participação política em Moçambique (Tsandzana, 2018; 2022), subsiste uma lacuna no que concerne à compreensão dos efeitos concretos dessa participação sobre a formação da opinião pública, particularmente entre os jovens activistas.

Enquanto parte dos estudos se debruça sobre o potencial mobilizador das plataformas digitais (Lima, 2014; Tsandzana, 2018), outros autores alertam para os riscos associados à desinformação e à manipulação discursiva (Fachin & Ferreira, 2023; Scarpino & Coelho, 2024). Todavia, são escassas as investigações que analisam de forma integrada como estes dois fenómenos (mobilização e desinformação) coexistem e se interligam no contexto moçambicano contemporâneo.

Assim, a presente pesquisa propõe-se a examinar *de que modo a participação política através das redes sociais da Internet transformou a opinião pública dos jovens activistas da cidade de Maputo no que diz respeito à política, tendo em conta os desafios éticos, estruturais e informacionais que caracterizam este ecossistema digital.*

1.4. Hipótese

O surgimento das tecnologias de informação e comunicação, em particular as redes sociais da Internet, como o Facebook, X (anteriormente Twitter), WhatsApp e YouTube, exerce influência na formação da agenda pública ao destacar determinados temas políticos e sociais, orientando o engajamento político dos jovens activistas.

1.5. Contextualização

Moçambique é um país que se tornou independente em 1975 e adoptou o sistema multipartidário consagrada na constituição de 1990, abrindo caminho para participação democrática dos cidadãos nos processos de governação do país.

Entretanto apesar de todas as vantagens relacionadas à ênfase nas liberdades individuais e à institucionalização do Estado baseado integralmente no direito, diversos autores apontam que as democracias contemporâneas enfrentam desafios que leva os representantes e o sistema político em geral a se distanciar e desconectarem progressivamente da esfera civil. Gomes (2005) destaca que esse afastamento decorre da desconexão entre o sistema político e as demandas sociais.

De forma convergente, Sampaio (2010), argumenta que os cidadãos teriam capacidade reduzida de supervisão de seus representantes devido à complexidade das questões públicas e burocracias, pela dificuldade de monitorar os inúmeros afazeres atribuídos aos representantes e pela incapacidade de acompanhar ou de influenciar a agenda política. Entretanto, segundo Rodrigues (2021), com o crescimento do uso das Tecnologias da Informação e de Comunicação (TIC), em quase todos os sectores da actividade humana, aliado à sua integração às facilidades das telecomunicações, tornou-se evidente a possibilidade de ampliar cada vez mais o acesso à informação e o desenvolvimento de novos mecanismos que proporcionem de forma rápida sua distribuição em qualquer campo.

Em virtude disso, Tsandzana (2018), afirma que a emergência das redes sociais da Internet representa a abertura de um espaço dinâmico com novas formas de participação cívico-política [...], o que “revolucionou” a forma como a comunicação é exercida, sendo que os actores políticos tentam capitalizar amplamente esse fenómeno.

Conforme Gomes (2016) as ferramentas e iniciativas apoiadas nas TICs, contribuem para resolver o tão documentado défice de participação política que afecta, em toda parte, as democracias liberais contemporâneas, pois as iniciativas digitais, democraticamente relevantes, são aquelas voltadas para pelo menos um dos três propósitos: a) fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania; b) consolidar e reforçar uma sociedade de direitos e c) promover o aumento da diversidade de agentes, de agências e de agendas na esfera pública.

1.5.1. Panorama Digital de Moçambique

O gráfico abaixo apresenta a evolução anual da população moçambicana, o número de utilizadores de Internet, a taxa de penetração digital e o número de utilizadores activos nas redes sociais da Internet entre 2017 e 2025. Os dados evidenciam o crescimento populacional e também as transformações que ocorreram nos padrões de conectividade e engajamento digital.

Entre 2017 e 2022, verifica-se um crescimento consistente no número de utilizadores de Internet, com aumentos expressivos em 2018 (+100%) e 2021 (+25%). Estes avanços estão alinhados com a *Estratégia Nacional de Banda Larga* aprovada em 2017 pelo conselho de ministros na Resolução n.º 43/2017, que definiu como prioridade a expansão da infraestrutura de transmissão e a universalização dos serviços digitais até 2025.

Complementarmente, segundo Perreira (2021), a aprovação da *Política para a Sociedade de Informação de Moçambique* (Resolução n.º 17/2018, de 21 de Junho), marcou avanços nas áreas de licenciamento e regulamentação das telecomunicações que tiveram efeitos positivos na promoção da concorrência e na expansão do acesso à Internet, contribuindo para a redução dos fossos digitais e para o aumento dos níveis de inclusão digital, especialmente entre os jovens em zonas urbanas.

A taxa de penetração da Internet acompanha esta tendência, passando de 9% em 2017 para 23,1% em 2022, o que indica uma progressiva inclusão digital, embora ainda limitada em termos de cobertura nacional.

Paralelamente, o número de utilizadores ativos nas redes sociais também regista um crescimento, atingindo o seu pico em 2024 e 2025. Este aumento está fortemente ligado à popularização de plataformas como Facebook, WhatsApp e TikTok entre os jovens urbanos.

Contudo, em 2023, observa-se uma ligeira oscilação nos dados, com redução na taxa de penetração e no número absoluto de utilizadores. Este fenómeno pode ser interpretado à luz de factores conjunturais como a instabilidade económica, o aumento da vigilância digital ou alterações nos critérios de medição estatística. Independentemente da causa,

estas flutuações são relevantes para compreender os limites da inclusão digital e os desafios da participação política online em Moçambique.

Estes dados, portanto, não apenas ilustram tendências tecnológicas, mas também oferecem pistas para compreender o contexto em que se insere a presente investigação.

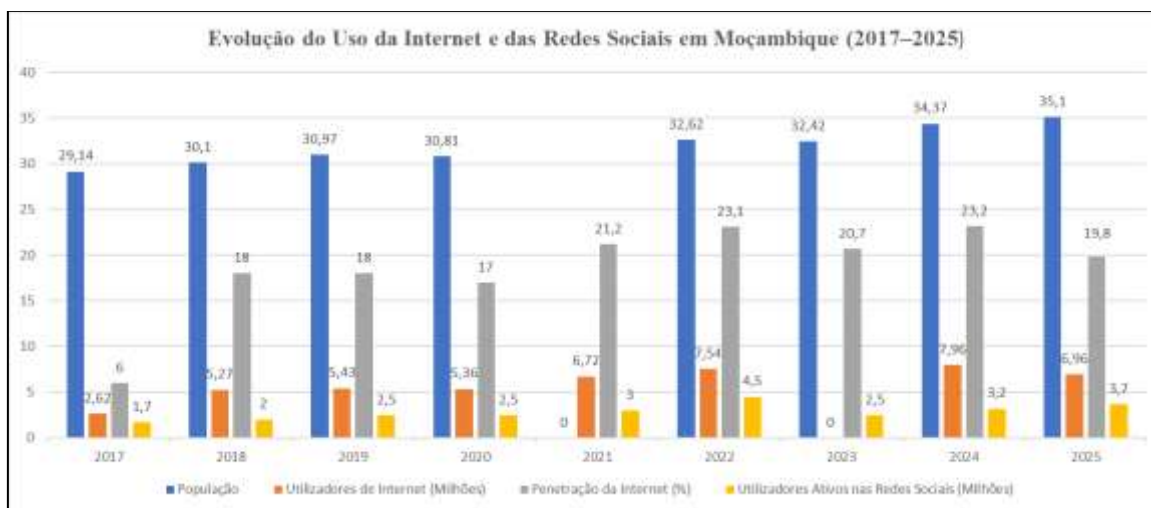


Gráfico 1 – Evolução do Uso da Internet e das Redes Sociais em Moçambique (2017–2025)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados extraídos da Datareportal

1.5. 2 Mobilização através do uso das Redes Sociais de Internet

Segundo Amaral (2016) a difusão da Internet provocou profundas transformações na vida democrática, originando uma reestruturação da esfera pública. Esta transformação encontra ecos na análise de Recuero (2009), *apud* Fossa & Bulegon (2019), que salienta o papel das redes sociais da Internet como espaços compostos por agrupamentos complexos, estabelecidos por intermédio de interações mediadas pelas TICs. Estas interações criam, assim, um ambiente propício à articulação de sujeitos e actores sociais em rede, potencializando a capacidade de organização e mobilização colectiva.

De acordo com Tavares, Barbosa et al., (2013), essas plataformas digitais proporcionam um espaço sem fronteiras para a disseminação de informações e opiniões, tornando-se cruciais para expressar necessidades e insatisfações políticas. Os autores acima citados afirmam que: *"é com a disponibilização de informações e, principalmente, opiniões*

acerca das necessidades e insatisfações (políticas e sociais), que nascem as mobilizações nas medias sociais.

Um exemplo pioneiro é o Movimento Zapatista, no sul do México, que, segundo Silva (2016), utilizou a Web como plataforma estratégica para enfrentar uma crise económica e social. Este movimento conseguiu mobilizar redes internacionais contra o neoliberalismo e dar visibilidade às minorias marginalizadas, demonstrando como o ciberespaço pode ser um veículo eficaz para causas políticas (Silva, 2016).

Na mesma linha, Vieira (2013) destaca a Primavera Árabe como um marco histórico de mobilização digital em grande escala. Este conjunto de levantes populares, iniciado em dezembro de 2010, espalhou-se por diversos países do Médio Oriente e Norte de África, impulsionado pelo descontentamento generalizado em relação aos regimes autoritários.

O papel das redes sociais da Internet, como Facebook, X e blogs, foi determinante para intensificar as manifestações públicas, permitindo a partilha de informações e a coordenação de protestos conduzidos por cidadãos comuns (Vieira, 2013)

Por sua vez, o movimento Black Lives Matter (BLM) exemplifica como as redes sociais da Internet podem amplificar manifestações locais e transformá-las em movimentos transnacionais.

Segundo Mendes (2022) o movimento Black Lives Matter surgiu nos Estados Unidos em 2012 liderado por três mulheres negras, como resposta ao assassinato de Trayvon Martin, e reforçado em 2020 após o assassinato de George Floyd, o BLM fez uso estratégico da hashtag #blacklivesmatter para mobilizar milhões de pessoas em prol da justiça racial. De acordo com o autor acima citado, a Internet consolidou o BLM como um dos maiores movimentos transnacionais, ampliando a sua influência social e política em escala global.

Além dos exemplos apresentados, existem outros movimentos como: Occupy Wall Street nos EUA em 2011, o Movimento Yo Soy 132 no México em 2012, Fridays for future: Greta Thunberg em 2018, entre outros. E na África Sub-Sahariana também tem se registado mobilizações através das redes sociais da Internet, tomando como exemplo movimentos como #FeesMustFall na África do Sul em 2015-2016, #EndSARS na

Nigéria em 2020 que teve origem no “X”, e os protestos na Uganda contra imposto sobre *medias Digitais* em 2018.

A análise dos exemplos apresentados evidencia como as redes sociais da Internet se consolidaram como ferramentas na mobilização política contemporânea, permitindo a articulação de movimentos locais em escala global e transformando as dinâmicas de engajamento social e político. No entanto, o impacto dessas plataformas não se limita aos contextos internacionais. Em Moçambique, as redes sociais têm emergido como um espaço para o debate político e a participação cidadã.

1.5.3. Estudos sobre Redes Sociais de Internet e Mobilização Social em Moçambique

Desde o início da década de 2010, o espaço digital tornou-se uma arena emergente para a mobilização política em Moçambique, transformando a forma como os jovens activistas se envolvem em causas públicas. Neste contexto, segundo Tsandzana (2022), o uso das redes sociais da Internet para participação política em Moçambique começou a ganhar destaque a partir de 2010, com mobilização social através de plataformas virtuais devido à carestia ou aumento do custo de vida. Esse protesto foi convocado por SMS e difundido nas redes sociais da Internet, resultando em sete mortos e mais de cem feridos.

A partir do evento acima descrito por Tsandzana (2022), as redes sociais da Internet têm vindo a consolidar-se como instrumentos de expressão política, sobretudo entre os jovens activistas em Moçambique. Essa consolidação não ocorreu de forma isolada, mas inseriu-se num contexto marcado por fragilidades institucionais e pela limitação dos canais formais de participação. Neste sentido, Magul & Cavalcante (2022) argumentam que a crescente utilização das redes sociais da Internet para fins políticos em Moçambique está relacionada com a fraca participação política, consequência de uma experiência democrática ainda recente e de processos inacabados de transição política.

Corroborando esta leitura, Maschietto (2023) acrescenta que o distanciamento dos cidadãos em relação às instituições formais é agravado pela percepção de que o partido no poder preserva a sua hegemonia através de práticas clientelistas.

A exemplo, durante o governo de Guebuza (2005-2015), uma das iniciativas mais importantes voltadas para os distritos foi um fundo que deveria ser alocado no investimento de projectos locais e, esse recurso não ficou imune a questões partidárias (*idem*).

Essas práticas clientelistas descritas pelo autor acima citado reduzem as chances de participação política pois minam a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e na imparcialidade das políticas públicas, gerando desconfiança e alimentando a busca por alternativas expressivas no espaço digital.

Ao longo da década seguinte, este uso das redes sociais da Internet como ferramenta de participação política foi-se intensificando, passando de formas espontâneas de contestação para estratégias mais organizadas de mobilização digital. Essa evolução tornou-se particularmente evidente em contextos de crise, nos quais a capacidade de resposta institucional foi questionada, abrindo espaço para a acção cidadã mediada por plataformas digitais. É neste enquadramento que, em 2020, se destaca o lançamento de uma campanha digital destinada a exigir uma intervenção governamental mais activa face à crise em Cabo Delgado. Segundo Machonisse e Ribeiro (2024), esta província, afectada por actos de terrorismo desde 2017, tornou-se o epicentro de uma mobilização que utilizou as redes digitais como ferramenta principal para amplificar as vozes da sociedade civil.

Em 18 de Março de 2023, marchas em homenagem ao rapper Azagaia convocadas através das redes sociais da Internet aconteceram nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Beira, Quelimane e Nampula. A marcha reuniu milhares de participantes sob o lema “Povo no poder” e teve grande adesão popular, mas enfrentou repressão policial nas cidades de Maputo e Beira, resultando em diversos feridos. (*idem*). E no ano 2024 assistimos uma onda de protestos contestando a vitória do actual presidente de Moçambique Daniel Chapo conforme apontado nos estudos de Guerra e Bunguene (2025).

Entretanto, a proliferação de *smartphones*, o acesso cada vez mais fácil da Internet e o surgimento de plataformas digitais como Facebook, WhatsApp, LinkedIn, Instagram e X emergiram como canais cruciais para partilha de informações, mobilização e expressão de opiniões. Porém, na Internet, há excesso de informação. A oferta supera a capacidade de processá-la, ocorrendo o que autores como Ramonet (1999) apud Kelly

Prudêncio (2009) chamam de censura democrática ou whiteout (o excesso provoca desinformação).

Embora a Internet abra a possibilidade para uma interatividade não observada nos outros veículos de comunicação e seja possível entendê-la como um espaço em que todos podem falar, não é verdade que todos são ouvidos (Maia, 2002).

Neste cenário, compreender como as redes sociais da Internet impactam a formação da opinião pública é fundamental para avaliar o papel da participação política *online*, assim sendo, o estudo tem como objectivo analisar de que forma as redes sociais da Internet moldaram a opinião colectiva e influenciaram a dinâmica política em Moçambique, como destaque no caso de estudo de jovens activistas da cidade de Maputo.

A tabela apresentada abaixo sistematiza os principais episódios de manifestação pública ocorridos na cidade de Maputo entre os anos de 2010 e 2024, embora essa pesquisa se centre nos anos de 2023-2024, a tabela constitui um recurso empírico fundamental para a compreensão da dinâmica de mobilização política juvenil no contexto moçambicano contemporâneo e contribui diretamente para a análise da hipótese central desta pesquisa: *o surgimento das TICs, em particular das redes sociais da Internet, exerce influência na formação da agenda pública ao destacar determinados temas políticos e sociais, orientando o engajamento político dos jovens activistas.*

A análise longitudinal dos dados revela transformações tanto nas motivações dos protestos quanto nos canais de convocação utilizados. Enquanto os primeiros episódios (2010–2013) foram marcados por reivindicações relacionadas à carestia de vida e segurança pública, convocados majoritariamente por SMS e Facebook, os eventos mais recentes (2020–2024) incorporam pautas como justiça social, contestação eleitoral e violência institucional, sendo articulados por meio de plataformas como WhatsApp, X (anteriormente Twitter), YouTube e TikTok. Essa transição evidencia uma ampliação do repertório político dos jovens activistas e uma sofisticação crescente na apropriação das TICs na acção colectiva.

Observa-se, por exemplo, uma transição nos canais utilizados: os primeiros protestos foram articulados via SMS e Facebook, enquanto os mais recentes incorporam plataformas como WhatsApp, X (anteriormente Twitter), YouTube e TikTok. Essa evolução revela não apenas uma diversificação dos meios digitais, mas também uma

ampliação das pautas reivindicatórias que passam da carestia e insegurança pública para temas como justiça social, violência institucional e contestação eleitoral.

Tabela1: Principais manifestações ocorridas em Maputo no período de 2010-2024

Ano	Protesto	Província	Formas de Mobilização	Fonte
2010	Protesto contra o aumento do preço dos alimentos	Maputo cidade	Redes sociais da Internet, SMS, boca-a-boca	TSANDZANA, Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação dos conectados desamparados, 2018
2013	Protesto contra a insegurança pública	Maputo Cidade	Redes sociais da Internet	TSANDZANA, Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação dos conectados desamparados, 2018
2014	Protesto contra as <i>benesses</i> dos Deputados da Assembleia da República		Facebook	TSANDZANA, Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação dos conectados desamparados, 2018
2014	Greve dos médicos	Maputo cidade	Facebook	TSANDZANA, Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação dos conectados desamparados, 2018
2016	Marcha popular pela paz	Maputo Cidade	Redes sociais da Internet	TSANDZANA, Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação dos conectados desamparados, 2018
2021-2022	Acção contra as portagens	Maputo cidade	Redes sociais da Internet	MZNwes- <u>ONG lança petição contra instalação de portagens na Circular de Maputo (mznnews.co.mz)</u>

2023	Marcha em homenagem ao rapper Azagaia	Maputo Cidade, Gaza (Xai-Xai), Zambézia (Quelimane) e Sofala (Beira)	Redes sociais	MACHONISSE & RIBEIRO, <i>Cidadania digital e cultura de protesto em Moçambique: liberdade de expressão em julgamento</i> , 2024, Maputo
2024	Manifestações contra a fraude eleitoral	Em quase todo país	Redes sociais da Internet	MACHONISSE & RIBEIRO, <i>Cidadania digital e cultura de protesto em Moçambique: liberdade de expressão em julgamento</i> , 2024, Maputo

Fonte: *Elaboração própria, com base em observação pessoal e trabalhos científicos diversos*

1.6. Relevância do Estudo

O interesse pela realização do presente estudo é motivado, em primeiro lugar, pelo papel que as redes sociais da Internet vêm desempenhando na democratização dos Estados, dado que elas facilitam a criação de novas formas de participação política, como é descrito por Tsandzana (2022). Adicionalmente, na qualidade de estudante de ciência política e activista social, a autora demonstra um interesse particular pelo activismo digital, reconhecendo o potencial das redes sociais da Internet enquanto instrumentos para a promoção da inclusão e do engajamento político.

Tal interesse não se limita ao âmbito académico, estando igualmente reflectido na sua experiência prática enquanto responsável pela gestão das redes sociais da Internet de diversas organizações não-governamentais na qual faz parte. Neste contexto, a autora tem desempenhado um papel activo na concepção e implementação de campanhas de sensibilização e advocacia, recorrendo às plataformas digitais para amplificar as vozes dos cidadãos e fomentar debates sobre questões de relevância pública.

Por outro lado, o foco deste estudo distingue-se da maioria das pesquisas anteriores, por procurar explorar as razões subjacentes e o contexto específico em que ocorre a e-

participação política em Moçambique. Outros estudos, como os de Silva (2016) e Gomes (2016), concentraram-se sobretudo nos aspectos gerais da mobilização política através das redes sociais, ou analisaram o impacto destas plataformas em contextos diferentes. Ao integrar casos concretos, como as manifestações convocadas após a morte do rapper Azagaia e os protestos contra a fraude eleitoral em 2023 e 2024, o estudo proporciona uma perspectiva contextualizada que evidencia as particularidades do cenário político moçambicano.

Em Moçambique, Tsandzana (2018; 2022; 2023; 2024) e Nhantumbo (2018) abordam a participação política e o uso das redes sociais da Internet, mas não analisam de forma exhaustiva o impacto destas plataformas na formação da opinião pública no país. Estes autores, assim como Silva (2016) e Gomes (2016), consideram as redes sociais como uma alternativa de participação política, especialmente em contextos onde os espaços físicos destinados ao engajamento cívico se encontram limitados. As suas análises centram-se nos desafios enfrentados pela esfera pública tradicional, destacando as redes sociais da Internet como instrumentos que ampliam as possibilidades de mobilização e articulação política.

Todavia, embora existam estudos que abordam o papel das redes sociais na participação política e no debate público em Moçambique (Tsandzana, 2018; Brighth, 2024), a literatura ainda não aprofunda de forma sistemática como essa participação influencia a percepção individual, os critérios que orientam o engajamento dos cidadãos nas plataformas digitais e também os critérios utilizados pelos jovens activistas para seleccionar os casos que consideram relevantes para comentar ou os movimentos e protestos dos quais desejam fazer parte.

Apesar de existirem diversos exemplos de mobilização digital, como as manifestações convocadas após a morte do rapper Azagaia e os protestos contra a fraude eleitoral em 2023 e 2024 mencionados nos estudos de Machonisse e Ribeiro (2024), permanece pouco claro o processo de escolha que leva os indivíduos a priorizar determinados temas ou acções em detrimento de outros. Esta lacuna na literatura evidencia a necessidade de investigar não apenas os mecanismos de mobilização digital, mas também os critérios que orientam a participação e o engajamento nas redes sociais.

O presente estudo tomou como baliza cronológica o período entre 2023 e 2024, por se tratar de uma fase marcada pela intensificação do uso das redes sociais da Internet como instrumento de mobilização política em Moçambique. Nesse intervalo, registaram-se manifestações convocadas por meio de plataformas digitais, como os protestos após a morte do rapper Azagaia e as mobilizações contra a alegada fraude eleitoral lideradas por Venâncio Mondlane.

A pesquisa centra-se especificamente nos jovens activistas da cidade de Maputo, buscando compreender como a participação política mediada pelas redes sociais da Internet influencia a formação da opinião pública neste grupo.

Em última análise, esta pesquisa permitirá compreender as causas subjacentes que impulsionam a participação política mediada pelo uso das redes sociais da Internet e visa contribuir para o avanço do conhecimento nas áreas de ciência política, comunicação e estudos de mídia.

Na esfera social, o estudo é relevante para profissionais e organizações que procuram promover a participação cívica e o activismo digital no país, ao compreender melhor as dinâmicas das redes sociais de Internet e da participação política em Moçambique, estes actores podem desenvolver estratégias mais eficazes para mobilizar e engajar a população em questões políticas e sociais importantes. Este conhecimento pode ser aplicado para fortalecer a democracia e promover uma maior inclusão digital e cívica.

1.7 Metodologia

A fim de compreender como a participação política através do uso das redes sociais da Internet influencia a formação da opinião pública em Moçambique, adoptou-se uma abordagem qualitativa, guiada pelos paradigmas explicativos e interpretativos.

Este tipo de investigação foi escolhido por permitir uma leitura aprofundada dos sentidos atribuídos ao fenómeno pelos próprios sujeitos envolvidos, favorecendo a análise das suas percepções, motivações e formas de engajamento. Tal como defendem Pereira & Shitsuka et al. (2018), os métodos qualitativos valorizam a interpretação do pesquisador e recorrem a técnicas como entrevistas com questões abertas, e segundo Zanella (2006) *apud* Silva (2015) este método de abordagem preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participante da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estáticos para análise dos dados.

A escolha desta abordagem justificou-se pela natureza complexa do fenómeno estudado sobretudo no que diz respeito à representação simbólica e prática da participação política nas redes sociais e por oferecer condições para desvendar os significados que os cidadãos moçambicanos atribuem ao seu envolvimento digital, os obstáculos enfrentados e os impactos percebidos na construção da opinião pública.

A recolha de dados iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir da consulta de livros, artigos científicos, teses, relatórios e outros documentos relevantes. Segundo Silva (2015), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e análise de materiais já publicados sobre determinado tema, incluindo fontes disponíveis em livros, periódicos, publicações digitais e pela imprensa escrita. Foram igualmente incorporadas fontes jurídicas, como a Constituição da República de Moçambique e tratados internacionais relacionados aos direitos políticos, que oferecem respaldo normativo ao tema. Esta etapa permitiu estabelecer um enquadramento teórico e legal que contextualiza os marcos históricos e normativos da participação política no país. As buscas foram orientadas por palavras-chave como “participação política”, “opinião pública” e “redes sociais da Internet”, com o intuito de localizar estudos comparativos e ampliar o repertório conceitual da pesquisa.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze (15) participantes, todos jovens entre 18 e 35 anos que atuam, directa ou indirectamente, no

cenário político digital moçambicano, seja como activistas sociais, seja como produtores de conteúdo ou membros de organizações da sociedade civil. A escolha dos entrevistados foi feita por meio de uma amostragem não probabilística e por acessibilidade, tendo-se em conta a disponibilidade dos participantes e a facilidade de contacto por parte da pesquisadora. Esta técnica foi especialmente apropriada para o estudo, pois permitiu captar experiências concretas e perspectivas pessoais sobre o uso das redes sociais para fins políticos.

O roteiro das entrevistas foi composto por quinze questões abertas (no apêndice), organizadas em torno de quatro grandes eixos: frequência e finalidade do uso das redes sociais; percepções sobre política; barreiras encontradas para o engajamento online; e reflexões sobre o papel das redes sociais na construção da opinião pública. As entrevistas foram realizadas presencialmente e, em alguns casos, por meio de plataformas digitais, como google meet, Whatsapp e Zoom, garantindo flexibilidade e adaptação à rotina dos participantes.

A selecção dos participantes obedeceu a critérios de relevância temática e de envolvimento público em causas sociais diversas, nomeadamente direitos humanos, igualdade de género, inclusão social e participação política. Procurou-se assegurar uma composição heterogénea quanto ao nível de escolaridade, identidade de género e domínios de actuação, privilegiando jovens residentes em bairros urbanos da cidade de Maputo. Esta escolha foi orientada por uma lógica de amostragem qualitativa intencional, com o propósito de captar múltiplas perspectivas sobre os modos de participação política juvenil no ambiente digital.

Complementarmente às entrevistas, realizou-se uma observação netnográfica em plataformas digitais como Facebook, X e YouTube, com o propósito de identificar interações públicas, discursos políticos, hashtags, memes e conteúdos visuais vinculados à participação política na cidade de Maputo. A netnografia, concebida como técnica de investigação qualitativa voltada para o estudo de fenómenos sociais mediados pela Internet (Kozinets (2010) *apud* Corrêa e Rosados (2017)), possibilitou a apreensão de dinâmicas discursivas e simbólicas que não emergem necessariamente nas entrevistas, ampliando a compreensão sobre os modos de engajamento, representação e construção da opinião pública no ambiente digital.

A seleção dos espaços observados foi orientada pela relevância temática e pela presença ativa de jovens entre 18 e 35 anos em contextos de mobilização política. Esta faixa etária foi escolhida por representar o segmento juvenil mais ativo na participação política digital em Moçambique e nos debates públicos e porque esse grupo concentra tanto os jovens em idade universitária quanto os primeiros anos de inserção profissional. Foram examinadas publicações de figuras políticas como Venâncio Mondlane por sua centralidade nas convocações de manifestações, repercussão entre os jovens activistas e pela sua capacidade de mobilizar massas, bem como comentários de usuários que explicitavam suas motivações para participar desses eventos. Tais dados empíricos, recolhidos de forma complementar, contribuíram para contextualizar os discursos dos entrevistados e evidenciar práticas concretas de engajamento político juvenil nas redes sociais.

No que concerne aos procedimentos éticos, todos os entrevistados foram informados previamente sobre os objectivos do estudo, a voluntariedade da participação, o direito à desistência sem prejuízo, o compromisso com o anonimato e a confidencialidade dos dados. Para formalizar o consentimento, foi apresentado e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme os princípios éticos aplicáveis à pesquisa com seres humanos.

Por fim, os dados recolhidos foram analisados com base na técnica de análise temática, orientada pela Teoria do Agenda-Setting (McCombs & Shaw, 1972) e pelos estudos sobre opinião pública (Habermas, Lima, Carroll). Essa abordagem permitiu identificar padrões discursivos e interpretações políticas recorrentes nas entrevistas, articulando as falas dos participantes com os referenciais teóricos que estruturam o estudo.

Reconhece-se como principais limitações do trabalho a restrição da amostra ao contexto urbano de Maputo, bem como o número reduzido de entrevistas realizadas, decorrente da opção metodológica por uma abordagem qualitativa em profundidade e a natureza interpretativa das informações, que refletem experiências subjetivas e não generalizáveis. Ainda assim, estas limitações não comprometem o alcance analítico da pesquisa, que se propõe a aprofundar a compreensão das formas de actuação, representação e contestação política mediadas pelas redes sociais.

Para a análise e interpretação dos resultados desta pesquisa, serão usados nomes fictícios, com vista a proteger a privacidade dos actores entrevistados. As principais características dos entrevistados encontram-se sistematizadas na tabela que se segue.

Tabela 2: Perfil dos entrevistados

Nome (pseudónimo)	Idade	Sexo	Escolaridade	cidade	Metodologia de entrevista	Área de Activismo
Entrevistado A	30	M	Licenciatura	Maputo	Presencial	Direitos humanos
Entrevistado B	28	M	Licenciatura	Maputo	Presencial	Direitos humanos e participação juvenil
Entrevistada C	22	F	Licenciatura	Maputo	Presencial	Inclusão Social da minorias (LGBT)
Entrevistada D	25	F	Nível médio	Maputo	Presencial	Direitos Humanos e participação política das Mulheres
Entrevistada E	31	F	Licenciatura	Maputo	Online (google meet)	Direitos Humanos e participação política
Entrevistada F	32	F	Licenciatura	Maputo	Online (zoom)	Inclusão social e participação política
Entrevistado G	26	M	Licenciatura	Maputo	Online (zoom)	Participação Política Juvenil
Entrevistado H	22	F	Licenciatura	Maputo	Online (Whatsapp)	Direitos Humanos e participação

						política das Mulheres
Entrevistada I	21	M	Licenciando	Maputo	Presencial	Inclusão Social / Defesa das Minorias
Entrevistado J	35	M	Mestrado	Maputo	Online (Zoom)	Participação política
Entrevistado K	23	F	Nível médio	Maputo	Presencial	Inclusão Social / Defesa das Minorias
Entrevistada L	33	M	Licenciatura	Maputo	Online (google-meet)	Activismo Ambiental
Entrevistada M	19	F	Nível médio	Maputo	Presencial	Inclusão Social / Defesa das Minorias
Entrevistado N	26	M	Licenciatura	Maputo	Presencial	Participação política
Entrevistada O	28	F	Licenciatura	Maputo	Presencial	Participação política

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, tendo em consideração o tema de pesquisa, a literatura apresentada versa sobre o contexto histórico da participação política em Moçambique, trazendo uma abordagem institucional das estruturas que moldam e sustentam a participação política no sistema político moçambicano, baseando-se na importância das instituições formais como eleições. E a segunda abordagem apresentada defende a utilização das redes sociais da Internet para a participação política.

2.1. Participação Política Institucional: Contexto histórico e enquadramento legal

A perspectiva institucional da participação política se concentra nas normas, instituições, e estruturas que moldam e sustentam a participação política em um sistema político. Isso inclui a análise das instituições formais como os movimentos sociais, os partidos políticos e eleições, assim como as regras e procedimentos que regem a participação e tomada de decisões. (González, 2012).

De acordo com Mitozo e Massuchin (2020) a participação política se constitui como um conceito bastante discutido e ampliado ao longo do tempo pelos estudos de diversas áreas, principalmente da ciência política, englobando tanto a actividade de escolher representantes em uma democracia como a de se candidatar para ser eleito.

Complementando este pensamento, na perspectiva de Nhantumbo (2018) “a participação política refere-se tanto a formas convencionais como inconventionais. As primeiras incluem assinatura de petições, votação, campanhas eleitorais, estatuto de membro de partidos políticos, donativos monetários ou logísticos para eventos políticos e contacto com oficiais públicos. Participação inconventional inclui manifestações, protestos e votos em branco, marchas contra políticas públicas”.

De acordo com Gorczewski e Martin (2018), a participação política tem raízes nos primeiros grupos organizados da sociedade. Esses autores apontam que o debate teórico sobre democracia e participação política começou com o conceito de contrato social, baseado na igualdade entre os homens no estado de natureza e na formação do Estado. Citando Locke, eles destacam que, na visão do filósofo, os homens criaram o Estado de forma voluntária, buscando preservar seus direitos naturais e garantindo sua liberdade para escolher governo, comunidade e forma de vida.

Mas é a partir das revoluções democráticas do século XIX, que se vai conquistando progressivamente o direito a uma participação política de todos os cidadãos. A base racional em que se sustentavam tais direitos de participação era a de igual condição de todo cidadão. O poder político, as funções públicas e os cargos políticos devem estar abertos, a princípio, a todos os cidadãos em igualdade de condições (*idem*).

Contudo, a literatura sobre participação política aponta que, apesar dessas conquistas históricas, a contemporaneidade apresenta desafios crescentes para o fortalecimento da democracia e da participação política.

Nesse sentido, Miranda (2015) *apud* Diógenes, Goés et al. (2021) identifica a erosão democrática e da participação política como um fenómeno caracterizado por sinais como a alta abstenção eleitoral, dificuldades de renovação política e ingresso de novos partidos no Parlamento, [...] e a influência excessiva da classe financeira na política.

Esses fatores refletem uma crescente desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas, não necessariamente atribuída ao fracasso das políticas governamentais, mas à falta de confiança nas próprias instituições (*idem*).

Neste cenário, a literatura apresentada por Goldschmidt e Reis (2019), aponta que existe um crescente debate sobre a necessidade de reformular a democracia para alcançar uma participação política mais ampla e efetiva. Nesse contexto, as novas tecnologias têm sido incorporadas como instrumentos capazes de ampliar a participação popular. Embora não se proponha um retorno ao modelo democrático da Grécia Antiga, as ferramentas digitais estão a transformar os processos de participação política e democrática, criando novas formas de engajamento que vão além do voto e dos mecanismos tradicionais, como plebiscitos e referendos.

2.1.1 Participação Política em Moçambique: Entre Conquistas Legais e Limites Democráticos

No que concerne à participação política em Moçambique, Magul & Cavalcante (2022) argumentam que, Moçambique adotou um sistema unipartidário, representado pela FRELIMO. No entanto, em 1976, eclodiu uma guerra civil, opondo as forças do Estado à RENAMO. No contexto das negociações para o fim do conflito, foi aprovada, em 1990, uma nova Constituição que introduziu um sistema democrático multipartidário e abriu espaço para a liberdade de expressão e de associação.

De acordo com Zeca (2021), Moçambique, após esse período de guerra e conflitos internos, realizou as primeiras eleições multipartidárias em Outubro de 1994. Este evento marcou o início do processo efetivo de participação democrática da população nos processos de tomada de decisões por meio dos seus representantes no parlamento. Entretanto, Matsimbe (2018) argumenta que, para além de as eleições serem a pedra angular nas democracias liberais modernas, em democracias emergentes africanas constituem a principal, senão mesmo a única, forma de participação política dos cidadãos.

Em Moçambique, a participação política oficial requer um mínimo de 18 anos, daí que em diferentes formas de participação política afecte a virtude cívica. Com base na socialização, o interesse pela política pode conduzir à atracção ou à apatia (Nhantumbo, 2018).

Complementando esse pensamento, Silva (2016) destaca que, a partir de 2004, a euforia democrática começou a desaparecer. Os processos eleitorais passaram a ser marcados por uma forte abstenção, fraudes e um aumento da desconfiança nas instituições políticas. Estes factores contribuíram para uma redução dos níveis de participação política no país.

No que diz respeito ao quadro legal da participação política em Moçambique, Carvalho (2017) destaca que o enquadramento legal proporciona uma base razoável para a realização de eleições democráticas de acordo com os princípios internacionais e regionais ratificados pela Constituição da República de Moçambique. Dentre esses princípios destacam-se:

- O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966;
- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981;
- Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (CADEG);
- Declaração da União Africana sobre Princípios para Eleições Democráticas em África de 2002.

A Constituição da República de Moçambique de 22 de Dezembro de 2004 prevê no Capítulo IV Direitos, liberdades e garantias de participação política, artigo 73 *“O povo moçambicano exerce o poder político através do sufrágio universal, directo, igual, secreto e periódico para escolha dos seus representantes, por referendo sobre as*

grandes questões nacionais e pela permanente participação democrática dos cidadãos na vida da Nação''.

Esse direito nota-se que é estendido nos artigos 48 (Liberdades de expressão e informação), 51 (Liberdade de reunião e de manifestação), 52 (Liberdade de associação) e 53 (Liberdade de construir, participar e aderir a partidos políticos).

2.2. Participação Política Digital: Redes Sociais da Internet e Formação da Opinião Pública

Embora as instituições formais tenham historicamente moldado a participação política em Moçambique, o advento das tecnologias digitais e das redes sociais trouxe novas dinâmicas que complementam e, por vezes, desafiam os modelos tradicionais. Neste contexto, as redes sociais da Internet emergem como ferramentas centrais para a mobilização política e a formação da opinião pública.

De acordo com Oliveira (2021), no âmbito internacional, os estudos e discussões sobre os impactos das novas TICs nas concepções e práticas políticas, nas condições e dinâmicas organizacionais de mobilização e participação política, e nas lógicas práticas da acção política, têm sido temas discutidos há vários anos.

Neste contexto, a intensificação do uso das redes sociais da Internet na política e nos movimentos sociais insere-se num processo mais geral de plataformização da sociedade e de crescente digitalização das experiências individuais em diversas facetas da vida social, desde as mais públicas até às mais privadas e pessoais (*idem*).

Essa plataformização, segundo Poell, Nieborg e van Dijck (2020), representa mais do que um simples avanço tecnológico, ou seja, implica a incorporação de lógicas comerciais e algoritmos de priorização de conteúdos nas interações sociais e políticas. As plataformas digitais passam a influenciar profundamente o que é visível, relevante ou amplificado no debate público, afectando o próprio funcionamento da esfera pública digital.

Nesse sentido, Saad (2019) alerta que a migração das interações políticas para ambientes mediados por algoritmos levanta preocupações quanto à privacidade e à vigilância digital, uma vez que dados pessoais dos utilizadores são continuamente recolhidos, processados e utilizados para fins políticos e comerciais. Considerando o

caso moçambicano, onde o debate público enfrenta constrangimentos institucionais e desigualdades de acesso digital, tais dinâmicas podem simultaneamente ampliar e restringir a participação cidadã.

Apesar dessas tensões associadas à vigilância digital e à exclusão informacional, é inegável que a Internet tem revolucionado a comunicação humana, tornando-se essencial em quase todos os aspectos da vida.

No campo político, as redes sociais da Internet emergem como um meio de comunicação directo, permitindo que os agentes políticos falem directamente ao seu público sem a interferência de jornalistas ou edições que possam alterar o conteúdo das mensagens, entretanto, esta nova forma de comunicação tem ampliado a participação política (Batista & Cerveira, 2022).

Em Moçambique, observa-se uma crescente utilização das redes sociais online por figuras políticas para comunicar directamente com o público, contornar os meios tradicionais e mobilizar apoio. Um caso frequentemente citado é o de Venâncio Mondlane, cuja presença activa no Facebook tem gerado ampla repercussão. Segundo análise publicada pelo Redactor MZ (2025), o seu uso da plataforma contribuiu para transformar o ciberespaço moçambicano num “fórum vibrante”, marcado por transmissões ao vivo, denúncias políticas e interacções directas com os seus apoiantes

O caso acima citado também exemplifica aquilo que Omotayo e Folorunso (2020) descrevem como a capacidade das redes sociais da Internet, enquanto instrumentos sociais de comunicação, que promoverem a participação, a conectividade e a disseminação de informações para além das fronteiras geográficas e institucionais. Todavia, embora reconheçam esse potencial, os próprios autores alertam que tais benefícios não se verificam de forma uniforme. No caso moçambicano, por exemplo, essa promessa é travada por barreiras estruturais como o acesso desigual à internet, a concentração do uso em centros urbanos e as limitações de literacia digital como descrito nos estudos de Tsandzana (2023).

Diante destas limitações estruturais, revela-se necessário problematizar o próprio conceito de participação política online, de modo a abarcar as múltiplas formas de envolvimento cívico mediadas digitalmente.

Gomes (2016) oferece uma definição abrangente da participação política online, entendendo-a como um espectro que vai desde práticas complementares às formas tradicionais de engajamento até aquelas em que os recursos digitais são essenciais para a própria existência da ação política. Complementarmente, Ribeiro e Barbosa (2016) propõem o conceito de e-participação, compreendido como o uso das TICs para promover a participação do cidadão nas decisões governamentais.

Assim, ao observar o caso moçambicano, percebe-se que a ascensão de figuras como Mondlane nas redes sociais não representa apenas uma mudança na forma de comunicar politicamente, mas traduz um fenómeno mais profundo de reconfiguração das práticas participativas, que os estudos internacionais ajudam a entender, mas que precisam ser constantemente reinterpretados à luz das particularidades locais.

Essa transformação digital das formas de participação tem implicações directas na forma como os cidadãos percebem, julgam e constroem sentido sobre os fenómenos políticos. A crescente mediação algorítmica do debate público, aliada ao declínio da confiança nas instituições formais, torna cada vez mais central o papel dos media como descrito por Ramos (2017) e, particularmente, das redes sociais na formação da opinião pública.

É neste enquadramento que Lima (2014) propõe compreender a opinião pública como produto de um ambiente comunicacional onde os *media* exercem influência determinante sobre o acesso à informação e a construção de referências cognitivas e afectivas. Segundo a autora, a aquisição de conhecimento está directamente ligada à forma como os indivíduos interagem socialmente e atribuem significado às mensagens difundidas no espaço mediático.

Esta visão dialógica da opinião pública também é desenvolvida por Arraes (2023), ao sublinhar que, tanto na esfera pública tradicional quanto na online, o exercício da participação política permite aos cidadãos não apenas expressarem as suas opiniões, mas também influenciarem a percepção dos demais sujeitos e, em última instância, as políticas públicas. Tal perspectiva reconhece que o ambiente digital amplia os fluxos de influência, tornando cada indivíduo não só receptor, mas também produtor de sentidos políticos.

Complementarmente, Glynn (2018) argumenta que a opinião pública é um fenómeno complexo e multifacetado, que é influenciado por uma variedade de factores, incluindo a percepção, a comunicação, as normas sociais, as emoções, as atitudes e os valores. Glynn considera a opinião pública como a soma das opiniões individuais dentro de uma sociedade, refletindo uma variedade de perspectivas sobre questões sociais, políticas e económicas.

Essa visão, centrada nos processos individuais de formação da opinião, reconhece que a opinião pública é construída e não inata através da mediação comunicacional, especialmente pelos *media* tradicionais e pelas redes sociais digitais (*idem*). No entanto, ao privilegiar os factores individuais, essa abordagem revela limitações analíticas, sobretudo no contexto contemporâneo marcado pela mediação algorítmica, pelos fluxos informacionais em rede e pelas lógicas de viralização.

O ecossistema digital impõe desafios estruturais que vão além da percepção individual, nesse caso, a formação da opinião pública passa a ser condicionada por sistemas de visibilidade, circulação de discursos e disputas simbólicas que requerem abordagens colectivas e sistêmicas. Como indicam McCombs & Shaw (1972), o modo como os *media* estruturam a visibilidade dos temas influencia directamente a relevância atribuída pelos indivíduos a determinados assuntos, um fenómeno conhecido como *agenda-setting*.

Assim, para compreender o papel das redes sociais da internet na participação política moçambicana, torna-se necessário integrar perspectivas que contemplem as dinâmicas estruturais da comunicação digital.

A literatura revisada até aqui evidencia que a participação política em Moçambique deve ser analisada tendo em consideração o percurso histórico do país, marcado pela transição do sistema unipartidário para o multipartidarismo, pelos desafios da consolidação democrática, pelas limitações persistentes dos processos eleitorais formais e pelo facto das eleições não serem vistas como um processo capaz de trazer mudanças, perpetuando o partido FRELIMO no poder, como descreve Silva (2016).

Os estudos analisados de Oliveira (2021), Gomes (2016) e Tsandzana (2018), mostram que, diante da crise de confiança nas instituições políticas, têm emergido alternativas digitais de engajamento político, especialmente através das redes sociais da Internet.

Nesse contexto, as redes sociais da Internet emergem como uma ferramenta promissora, oferecendo novos caminhos para a mobilização e a articulação de demandas políticas, no entanto, essa expansão digital também apresenta lacunas.

Por um lado, as redes sociais oferecem um espaço alternativo para a participação política, especialmente em contextos onde as instituições formais enfrentam limitações. Como argumentam Omotayo e Folorunso (2020), essas plataformas permitem a disseminação de informações para além das fronteiras geográficas, conectando cidadãos de diferentes regiões e promovendo o engajamento em questões de interesse público. Em Moçambique, isso tem sido evidente em manifestações recentes, onde as redes sociais desempenharam um papel central na organização e mobilização de protestos.

Por outro lado, a literatura também aponta para os riscos associados ao uso das redes sociais na política. Conforme discutido por Glynn Carroll (2018), a formação da opinião pública nas plataformas digitais é frequentemente influenciada por desinformação, polarização e manipulação de narrativas, o que pode comprometer a qualidade do debate público.

No caso de Moçambique, essas duas abordagens apresentadas nesta revisão da literatura, encontram relevância particular, dado o papel crescente das redes sociais na mobilização política e na formação da opinião pública. Embora as tecnologias digitais tenham demonstrado potencial para fortalecer a participação democrática, também enfrentam limitações ligadas às condições socioeconômicas e ao acesso desigual à internet no país. A análise dessas dinâmicas é fundamental para compreender a complexidade do impacto das redes sociais na esfera política moçambicana.

No que concerne à influência da participação política online na opinião pública, é relevante considerar as manifestações recentes em Moçambique, pois, ilustram a dinâmica da participação política através do uso das redes sociais da Internet no país.

2.3. Quadro conceptual

Para o desenvolvimento da pesquisa e uma melhor compreensão da mesma, é necessário apresentar e discutir alguns conceitos inerentes ao tema principal. Estes conceitos visam contextualizar a pesquisa e fornecer uma base teórica para a análise proposta.

Neste estudo, os conceitos de participação política, e-participação, redes sociais, opinião pública e Jovem, formam uma base sobre a qual a análise será construída, permitindo uma compreensão das dinâmicas da e-participação política em Moçambique. A definição e aplicação destes conceitos irá ajudar a enquadrar as questões de investigação e a orientação metodológica do estudo.

2.3.1. Participação política

Como elucida Bobbio & Pasquino (1993) a participação política é um conceito geralmente usado para designar uma série de actividades: o acto do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas, por aí além.

Não muito distante do conceito trazido por Bobbio e Pasquino, para Cantoni (2017) o conceito participação política refere-se a qualquer actividade que vise influenciar a acção do governo, seja directamente, ao afectar a formulação ou implementação de políticas públicas, ou indirectamente, ao influenciar na escolha dos responsáveis por tais políticas. Em outras palavras, numa democracia, a participação oferece aos cidadãos uma oportunidade de se comunicar sobre suas preocupações e preferências aos representantes políticos, pressionando-os a responder.

No contexto moçambicano, a participação política assume particular importância devido às especificidades históricas e políticas do país. Moçambique, como muitas outras nações em desenvolvimento, enfrenta desafios relacionados com a fraca abertura para diálogo por parte das instituições políticas nacionais, os baixos níveis de escolarização e acesso à informação (Parlamento Juvenil, 2014).

O conceito de participação política assume relevância no presente estudo, constituindo-se como um alicerce teórico para a compreensão das diferentes formas de envolvimento dos cidadãos nos processos políticos em Moçambique. De acordo com Bobbio e Pasquino (1993), a participação política abrange um leque amplo de actividades, incluindo o acto de votar, a militância em partidos políticos, a participação em manifestações, entre outras formas de acção que reflectem o engajamento cívico. Este

conceito é particularmente importante para sociedades em desenvolvimento, nas quais o exercício da cidadania enfrenta barreiras no espaço cívico.

Esta definição é particularmente pertinente no caso moçambicano, na medida em que ilumina os mecanismos pelos quais os cidadãos procuram articular as suas preocupações e preferências aos representantes políticos. O presente trabalho apoia-se neste conceito para fundamentar a análise da interacção entre os cidadãos e o Estado, bem como para identificar os obstáculos que persistem no fortalecimento da democracia e da inclusão política.

2.3.2 E-Participação Política

Com o advento das TICs, surgiu a e-participação política, uma extensão da participação política tradicional. Para efeitos da presente pesquisa, a ênfase será dada a e-participação política.

O conceito “e” electrónico diz respeito aos aspectos da vida moderna (e semanticamente tenta incluir os aspectos mais modernos das tecnologias, como conectividade, multimídia, interatividade, digitalização, organização em redes etc.) (Silva, Bragato, et al, 2016). O conceito de “e” é relevante nessa pesquisa para compreender a transição das formas tradicionais de participação política para as formas digitais.

Para Ribeiro & Barbosa (2016) e-participação refere-se ao emprego espontâneo de tecnologias de comunicação e informação por agentes da esfera civil, buscando-se influenciar o processo de tomada de decisão de modo que seus resultados gerem, incrementem ou corrijam algum valor democrático em benefício da comunidade política.

Segundo a Fundação Getulio (2015) *apud* König-Reis (2017) e-participação refere-se às interações mediadas pelas tecnologias digitais, entre a esfera da sociedade civil e a esfera política formal, e entre a sociedade civil e a administração pública, visando a influência dos cidadãos nos resultados das decisões públicas.

Adopta-se ao trabalho o conceito da e-participação política, dado que assume uma particular importância no contexto atual, em que as TICs estão a transformar rapidamente as formas de envolvimento cívico e de interação política. Tsandzana (2023)

observa que, embora com limitações, Moçambique tem feito progressos na criação de um ambiente onde os cidadãos têm cada vez mais acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como serviços relacionados.

No caso de Moçambique, a e-participação política emerge como uma ferramenta para superar barreiras tradicionais à participação política descritas nos estudos do Parlamento Juvenil de 2014.

O conceito de e-participação política será utilizado nesta pesquisa como uma ferramenta analítica para compreender as transformações nas dinâmicas de engajamento político em Moçambique, impulsionadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Este conceito, conforme definido por Ribeiro e Barbosa (2016), permite explorar como os cidadãos utilizam as TICs para superar barreiras históricas à participação política, articulando as suas demandas e influenciando os processos de tomada de decisão. A análise focar-se-á em casos concretos, como manifestações organizadas através das redes sociais da Internet, para avaliar de que forma estas ferramentas digitais têm contribuído para a ampliação do envolvimento cívico e para a promoção de valores democráticos

2.3.3. Redes sociais da Internet

O termo rede tem origem etimológica no vocábulo latim “*rete*” e assume, hoje em dia, diversos significados. Relativamente ao conceito das redes a autora Zenha (2018) define Rede Social como o ambiente digital organizado por meio de uma interface virtual própria (desenho/mapa de um conceito) que se organiza agregando perfis humanos que possuam afinidades, pensamentos e maneiras de expressão semelhantes e interesse sobre um tema comum.

Segundo Ferreira (2018) as redes sociais são caracterizadas por laços fortes, laços fracos e buracos estruturais, que são mundos pequenos, e temos modelos que incorporam o crescimento das redes e a não aleatoriedade de conexão. Na mesma senda Ferreira (2018) ainda argumenta que uma rede social é uma estrutura social composta por indivíduos, organizações, associações, empresas ou outras entidades sociais, designadas por actores, que estão conectadas por um ou vários tipos de relações que podem ser de amizade, familiares, comerciais, sexuais etc.

Parafraseando Ferreira (2018) “de modo geral as redes sociais são espaços localizados no mundo digital ou virtual em que é possível estabelecer comunicação entre pessoas e essa acção ocorre através de troca de mensagens e publicações, atualmente existem diversas redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp, X, etc.

No contexto desta pesquisa, focar-se-á no conceito de redes sociais de Internet como espaço digital para a participação política, com finalidade de compreender como essas plataformas operam em Moçambique e influenciam a participação política. Sousa e Morais (2021) argumentam que as redes sociais têm se tornado ferramentas fundamentais para a mobilização política, permitindo que cidadãos se organizem, troquem informações e discutam temas de interesse comum.

“As redes do ciberespaço são canais multilaterais de comunicação com recursos de interação sem precedentes quando comparadas aos meios analógicos e podem fornecer diversos canais para os cidadãos se comunicarem directamente, trocarem informações, consultarem e discutirem de forma imediata, além de serem serviços com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais.” (Mandoni, Camargo, et al, 2017)

No que diz respeito ao potencial uso das redes sociais da Internet para a participação política, Sousa e Morais (2021) argumentam que nas últimas décadas, tem sido evidente o potencial destes espaços (redes sociais da Internet), sobretudo em termos comunicativos, uma vez que a facilidade na circulação de informação, aliada ao carácter interativo destes novos meios, faz deles ferramentas únicas que muitos têm sabido utilizar para os mais diversos fins.

No contexto moçambicano, o uso das redes sociais da Internet para organização de protestos como descreve Tsandzana (2018) se verificou no início da década 2010, quando foi organizado protesto contra o aumento do custo de vida.

2.3.4. Opinião Pública

Habermas (1989)³ inicia sua abordagem sobre opinião pública examinando os sentidos etimológicos da palavra "opinião" nas línguas latina, inglesa e francesa. No primeiro sentido, para o autor, o termo *opinião* deriva de *opinio*, associando-se a um juízo

³ Obra originalmente publicada em alemão sob o título "Strukturwandel der Öffentlichkeit" em 1962

incerto, não plenamente demonstrado — como ocorre na tradição filosófica desde a *doxa* platônica até o *Meinen* hegeliano. No segundo, mais relevante em seu contexto de análise, o autor destaca o significado de "opinião" como reputação ou consideração social, aquilo que é representado no julgamento dos outros. Habermas aponta que essa conotação colectiva está associada à formação de uma opinião pública entendida como expressão social partilhada, marcada por visibilidade e reconhecimento no espaço público.

Na continuidade de sua reflexão, o autor observa que o conceito de *opinião pública* não deriva diretamente do termo *opinião*, apesar de suas raízes etimológicas. A expressão *opinion publique* surgiu no final do século XVIII para designar um público capaz de reflectir criticamente e formar seus próprios julgamentos, distinguindo-se dos significados anteriores associados à mera crença ou reconhecimento coletivo. O autor destaca que, embora o contraste entre opinião e verdade tenha sido historicamente mais acentuado na tradição francesa — sobretudo pela oposição entre opinião e crítica no século XVII —, esse novo sentido deu lugar à construção de uma esfera racional de deliberação pública, característica das democracias modernas

Para Lima (2014), a ascensão da classe média, a expansão da literatura, o crescimento de comunicações de massa e, principalmente, a propagação das ideologias e das instituições democráticas tornaram possível o desenvolvimento moderno da opinião pública por conseguinte Lima (2014) entende opinião pública como correntes de opiniões, atitudes e crenças sobre um tema particular e compartilhadas e expressas por uma significativa parte da população, ou seja, para Lima a opinião pública, nessa perspectiva, seria resultado das influências recíprocas entre os meios de comunicação de massa e seus receptores.

Para Midões (2009) a opinião pública está precisamente relacionada com a crítica e o controle que os cidadãos exercem, ainda que informalmente, em relação ao domínio do Estado.

Com o conceito de opinião pública buscamos analisar como as redes sociais moldam e refletem as percepções políticas dos cidadãos moçambicanos. No que concerne a opinião pública as redes sociais da Internet oferecem uma plataforma onde os cidadãos podem expressar suas opiniões, entretanto, para concretizarmos o objectivo da nossa

pesquisa que é compreender como é que a participação política através do uso das redes sociais da Internet irá transformar a opinião pública dos cidadãos moçambicanos no que diz respeito à política, tornar-se-á relevante discutir o conceito da opinião pública.

2.3.5. Jovem

Segundo Machado (2021) o conceito de jovem é, *lato sensu*, um atributo associado a um tempo da vida situado entre a dependência infantil e a suposta autonomia da idade adulta. Nos termos da carta africana da juventude (2006) jovem refere-se a qualquer indivíduo com idade compreendida entre 15 e 35 anos. No contexto da participação política em Moçambique, entendida enquanto exercício do direito de voto como, o jovem é concebido como cidadão que tenha idade igual ou superior a 18 anos, conforme estipulado no artigo 78 (Requisitos do exercício do direito do voto) da Lei n.º 7/2018 de 3 de agosto.

Para efeitos desta pesquisa, este conceito será adoptado de forma integrada, considerando não apenas o critério etário, mas também as dimensões sociais e políticas que posicionam o jovem como sujeito em transição, portador de expectativas, vulnerabilidades e capacidade de agência. A definição adoptada permitirá delimitar o universo empírico da investigação, orientando a selecção dos participantes e a análise das suas práticas comunicacionais nas redes sociais da Internet, enquanto expressão de uma cidadania activa e digital.

2.4. Enquadramento teórico

Na concepção de Temer & Nery (2004), na era contemporânea, o acesso à informação tornou-se um elemento essencial para que o indivíduo possa exercer a cidadania [...], contudo, torna-se necessário entender e refletir sobre a capacidade de transmitir informações e de interferir na realidade, uma vez que os meios de comunicação de massa já estão exercer cada vez mais sua influência.

Assim, o presente trabalho adopta a teoria da comunicação, considerada como um conjunto de ideias que envolvem e determinam os processos e os resultados da comunicação de massa (comunicação de massa é uma forma específica de comunicação que ocorre pela intermediação de um meio técnico, permitindo que a mensagem atinja um público anónimo, heterogéneo e fisicamente disperso) (*idem*).

As teorias da comunicação estudam o desenvolvimento e aplicação da comunicação social em todos os aspectos políticos, sociais, económicos e tecnológicos. Os estudos de comunicação datam de meados do século XIX até aos anos 20 do século XX quando estudiosos como Comte, Durkheim, Tarde, Le Bon, Simmel e Weber procuravam estudar o conjunto de transformações trazidas pela Revolução Industrial e as mudanças ocorridas nas formas de comunicação pessoal e mediatizada. (Serra, 2007). O autor refere que a teoria da comunicação, em sentido amplo, corresponde a estudos de comunicação e *media*.

Na dimensão espacial da teoria de comunicação, Serra (2007) considera que, em termos académicos e institucionais os estudos de comunicação têm a sua origem em Leipzig, em 1916, pelo economista político Karl Bücher, do primeiro Instituto para o Estudo dos Jornais (Institut für Zeitungskunde) na Alemanha

As teorias da comunicação são vistas como conjuntos de conceitos que ajudam a entender a natureza, o alcance e os limites dos fenómenos comunicacionais. Entretanto, nas últimas décadas, houve uma preocupação maior em conectar essas teorias com questões específicas dentro da comunicação (Marques & Martino, 2015).

Segundo Fawkes & Gregory (2000), a teoria da comunicação evoluiu, integrando diversas abordagens e modelos de comunicação para compreender a complexidade dos processos comunicativos na sociedade. No entanto, poucos modelos de comunicação são específicos dos *media*. Eles descrevem uma série de relacionamentos, e o meio fornece a conexão. Dentre esses modelos se destaca a teoria de agenda, teoria da informação e teoria da acção comunicativa. Para essa pesquisa faz-se necessário o uso do modelo de agenda-setting.

Segundo Castro (2011) o primeiro estudo sobre o modelo de agenda-setting surgiu com os norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw. As primeiras teóricas surgiram do estudo de comunicação política, em 1968. Complementando esta perspectiva, Brasil & Capella (2015) argumentam que o paradigma da agenda-setting tem sua origem no estudo da problemática dos efeitos dos media durante e após a primeira guerra mundial. Agenda-setting descreve uma influência muito forte dos *media*.

Este modelo surgiu e foi desenvolvido de forma independente, mas com uma forte influência interdisciplinar. Esta influência provém tanto dos estudos sobre a dinâmica da acção governamental, oriundos da ciência política e, posteriormente, das *policy sciences*, como dos estudos de opinião pública e dos media, presentes no campo da comunicação social (*idem*).

O modelo Agenda Setting é uma teoria de efeitos mediáticos que busca explicar o impacto dos media na cognição das audiências (Okibo, 1987). No entanto, Temer & Nery (2004) destacam que, apesar deste impacto, o modelo defende que os meios de comunicação de massa não pretendem persuadir, mas apresentar ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião, ou seja, os *media* têm um impacto directo, mas não imediato sobre os destinatários. Este impacto é analisado em dois níveis: a) a ordem do dia dos temas, assuntos e problemas presentes nos meios de comunicação de massa; b) a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos na ordem do dia. A teoria de agenda também coloca em questão a agenda interpessoal, ou os temas que os indivíduos discutem com os outros e percepção que têm da opinião pública (*idem*).

No contexto moçambicano, o modelo de Agenda Setting oferece uma estrutura para analisar como as redes sociais, enquanto meios de comunicação de massa, afectam e moldam a opinião pública. Tomando como exemplo a marcha pacífica convocada pelas organizações da sociedade civil, em homenagem ao rapper Azagaia, a 18 de Março de 2023. Esta manifestação foi convocada através das redes sociais da Internet nas cidades de Maputo, Inhambane, Xai-Xai, Beira, Quelimane e Nampula. E os protestos pós eleições citados por Guerra e Bunguene (2025), que afirmam que desde a divulgação dos resultados das eleições gerais de 9 de outubro de 2024, Moçambique tem vivenciado uma série de protestos contestando a vitória do candidato Daniel Chapo, do partido FRELIMO

Estes exemplos empíricos ilustram de forma clara a relevância do modelo de agenda-setting no contexto moçambicano, ao evidenciar como as redes sociais da Internet têm desempenhado um papel determinante na hierarquização e selecção de temas que se tornam centrais no debate público. Segundo Castro (2011), o modelo de agenda-setting descreve a capacidade dos *media* de influenciar a percepção pública ao apresentar uma lista de temas que os cidadãos devem considerar importantes, organizando-os de acordo

com uma hierarquia de relevância. Esta hierarquia, como reforçado por Okigbo (1987), não é apenas uma questão de exposição, mas também de prioridade, moldando a forma como os indivíduos percebem e discutem os problemas sociais e políticos.

No caso moçambicano, este fenómeno é particularmente evidente em eventos recentes, acima mencionados. Estas mobilizações, amplamente organizadas e divulgadas através das redes sociais da Internet, demonstram como estas plataformas actuam como meios de comunicação de massa, capazes de influenciar a agenda pública. A convocação para a marcha contra a fraude eleitoral, exemplifica como as redes sociais podem amplificar temas específicos, transformando-os em prioridades para o debate público e mobilizando cidadãos em torno de questões de interesse colectivo.

O modelo de agenda-setting permite analisar a interacção entre a agenda mediática e a agenda interpessoal, ou seja, os temas que os indivíduos discutem entre si e a percepção que têm da opinião pública. No contexto moçambicano, esta interacção é amplificada pelas redes sociais, que actuam como catalisadores para o debate público e facilitam a disseminação de narrativas que influenciam a opinião colectiva. Como descrito por Temer e Nery (2004), este impacto não é imediato, mas ocorre de forma progressiva, à medida que os temas ganham relevância e prioridade na esfera pública.

Assim, a aplicação do modelo de agenda-setting nesta pesquisa permite compreender como as redes sociais da Internet, enquanto meios de comunicação de massa, afectam a selecção e hierarquização de temas no discurso público moçambicano. Este enquadramento teórico é essencial para analisar as dinâmicas de mobilização política e cultural no país, bem como para avaliar o impacto das redes sociais na formação da opinião pública e na promoção de acções colectivas.

CAPITULO III

E-PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA DOS JOVENS ACTIVISTAS DA CIDADE DE MAPUTO

3.1. Algoritmos e Influência Cognitiva na Construção da Opinião Pública

Como viu-se no capítulo anterior, a opinião pública é produto de um ambiente onde a *media* exercer influência sobre a construção de referências cognitivas e afirmativas, contudo, a construção da opinião pública em ambientes digitais está marcada pela actuação dos algoritmos que mediam a circulação da informação. Segundo Marchetto & Cassiani (2024), os algoritmos passaram a ditar a forma pela qual os internautas fazem uso da rede informacional que, de forma sub-reptícia, direcionam e manipulam a forma de utilização da plataforma.

Nesse contexto, o processo de formação da opinião pública deixa de ser exclusivamente resultado da deliberação racional e passa a ser influenciado por mecanismos automatizados de exposição selectiva. Como observa Pariser (2011), os algoritmos de recomendação não apenas filtram o mundo para os usuários, mas o moldam conforme suas preferências detectadas, criando bolhas informacionais. Esse efeito é potencializado pelas redes sociais online, onde o engajamento, a repetição de conteúdos e a visibilidade de temas específicos tornam-se variáveis decisivas para o agendamento e a construção cognitiva.

Um dos nossos entrevistados, a Entrevistada D, afirma ter mudado de opinião sobre os factores que ocasionaram a crise eleitoral em Moçambique após ver esse tema “várias vezes o mesmo assunto” e ressalta que seus argumentos não são construídos apenas por meio da leitura de livros, mas também do consumo contínuo de conteúdos digitais. Para a nossa entrevistada, o conteúdo digital, independentemente de sua veracidade, tem impacto directo na formação da opinião pública, especialmente entre os jovens, seja de forma negativa ou positiva ao afirmar que: “*Nos publicamos algo... mentira ou verdade, os jovens acreditam.*”

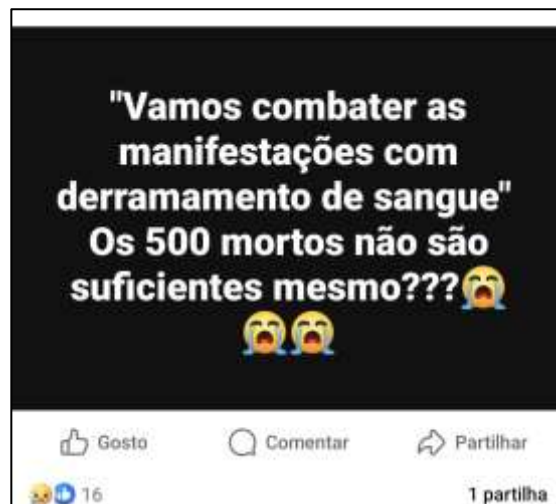
Segundo Silvano e Russo (2022), os sistemas de algoritmos operam por meio da colecta e interpretação dos dados de navegação dos usuários, personalizando o conteúdo que lhes é apresentado com base em padrões de comportamento prévios. Tal lógica de distribuição reforça percepções e crenças preexistentes, contribuindo para a

conformação de discursos homogêneos e a redução do contacto com perspectivas divergentes.

Essa percepção encontra reforço na fala da entrevistada F, ao destacar que “*nos alimentamos de conteúdos extremamente diferentes*”, o que nos levou a interpretações opostas sobre as manifestações pela reposição da verdade eleitoral em 2024. Segundo ela, enquanto um grupo clamava por justiça sentindo-se abandonado pelas instituições, outro os qualificava como vândalos, evidenciando uma profunda polarização sustentada pela desinformação digital.

A fragmentação informacional intensificada pelos algoritmos contribui para a cristalização de visões de mundo incompatíveis, dificultando o diálogo público e comprometendo a construção de consensos sociais, pois, como dito anteriormente os algoritmos reduzem e com perspectivas divergentes colocam cada indivíduo em sua bolha informacional.

O nosso entrevistado A, oferece outro exemplo do poder de agendamento e influência cognitiva das plataformas digitais. Inicialmente, o entrevistado A afirma não ter qualquer oposição ao presidente Chapo, mas declara que sua percepção mudou após ser repetidamente exposto nas redes sociais da Internet a memes e publicações sobre um discurso em que o presidente Chapo teria dito que “combateria manifestações com sangue”. Apesar do esforço do partido FRELIMO para construir uma imagem favorável, foi a repercussão digital que moldou sua opinião.



Screenshot 1: Comentário sobre promessa presidencial de repressão

Fonte: Captura de tela de comentário no X (Twitter), 2025



Screenshot 2: Postagem atribuída ao presidente Daniel Chapo sobre repressão às manifestações.

Fonte: Captura de tela de publicação no Facebook, 2025.

Os Screenshots 1 e 2 ilustram como o discurso político pode ser amplificado e reinterpretado pelas redes sociais da Internet, contribuindo para a construção de percepções polarizadas entre os jovens. No exemplo da Figura 2, observa-se uma postagem atribuída ao presidente Daniel Chapo, na qual é mencionada a frase “Vamos combater as manifestações com derramamento de sangue”, acompanhada de comentário que questiona o número de mortos.

O discurso circulou em plataformas como Facebook, WhatsApp, X, Youtube e TikTok gerando indignação e reforçando a associação entre repressão estatal e violência política.

Já na Figura 1, um usuário afirma ter ouvido o discurso presidencial dias antes, interpretando a repressão como cumprimento de uma promessa, numa fusão simbólica entre terrorismo e manifestação. Ambas as postagens revelam como os conteúdos digitais, mesmo quando não verificados, são capazes de moldar narrativas e influenciar cognitivamente os usuários, especialmente quando amplificados por algoritmos de recomendação.

A partir das declarações dos entrevistados, é possível observar uma forte convergência com os pressupostos centrais da teoria de *Agenda-Setting*, especialmente na sua vertente clássica, conforme formulada por McCombs e Shaw (1972). De acordo com essa abordagem, os meios de comunicação, incluindo atualmente, as plataformas digitais não dizem às pessoas o que pensar, mas sobre o que pensar. Essa capacidade de agendamento é evidenciada nos discursos dos jovens ativistas, que demonstram ter suas prioridades temáticas moldadas pela recorrência de determinados conteúdos nas redes sociais online.

Entre os entrevistados, observa-se que temas como eleições, crise pós-eleitoral, corrupção e manifestações ganham destaque justamente pela frequência com que são abordados nos ambientes digitais. Entrevistada D afirma que “até hoje essa temática (eleições) ainda é muito debatida nas redes sociais”, enquanto a Entrevistada F reconhece que a centralidade das eleições em 2023 e 2024 influenciou tanto o debate online quanto as interações profissionais. Esses testemunhos demonstram não apenas o impacto do agendamento temático (first level), como também a hierarquização de importância atribuída aos assuntos (second level), conforme definido por Okigbo (1987) e aprofundado por Temer & Nery (2004).

3.2. A Influência Política dos Líderes Digitais na Formação da Opinião Pública

Na perspectiva de Silva (2023), os líderes políticos digitais são indivíduos que obtêm legitimidade para representar, seja por meio da ocupação de espaços institucionais ou pelo reconhecimento simbólico expresso no potencial de votos, independentemente de já terem sido eleitos. Por meio das redes sociais digitais, actuam contestando o sistema político, em oposição aos partidos e às lideranças tradicionais, com fraco vínculo aos partidos políticos. Dessa forma, pode-se afirmar, que esses líderes políticos actuam nas redes sociais da Internet como vectores de crítica, mobilização e formação de opinião pública

Essa lógica é evidenciada no contexto moçambicano a partir das falas dos entrevistados, que atribuem credibilidade, poder de mobilização e capacidade de transformação da narrativa pública aos actores virtuais como Venâncio Mondlane, Quitéria Guirengane, Clemente Carlos e Severino Ngoenha. O entrevistado A afirma que passou a “ver a política com outros olhos” a partir da exposição a conteúdos desses atores, destacando que a sua opinião formada não decorre de investigação empírica, mas da análise consistente que eles oferecem online.

O Entrevistado A, ainda destaca que, as lives nas redes sociais da Internet de figuras como Venâncio Mondlane não apenas informam, mas geram acção imediata:

“Quando Venâncio Mondlane anunciava uma greve pelas suas redes sociais digitais de facto acontecia. Uma live podia ser feita às 20 horas informando que no dia seguinte não se trabalha, devemos fechar as ruas e cantar o hino nacional. No dia seguinte encontrávamos escritórios e mercados vazios” (Entrevistado A, 14 de Junho, 2025)

Screenshot 3. Comentário de usuário sobre adesão nacional à convocação

Fonte: Captura de tela de comentário público no Facebook, 2025



Screenshot 4. Postagem de convocação de protesto por Venâncio Mondlane

Fonte: Captura de tela da página oficial de Venâncio Mondlane no Facebook, 2025.

O nosso Entrevistado B, também reconhece Venâncio Mondlane como líder político digital eficaz, destacando que “muito antes das eleições, Venâncio fazia lives sempre que chovia e trazia discussões do parlamento para as redes sociais digitais”, criando proximidade com o cidadão. O mesmo posicionamento é partilhado pela Entrevistada D ao afirmar que: “nós vimos com os comunicados do Venâncio Mondlane que o país estava a ser governado através das redes sociais da Internet, isso revela muito sobre o impacto que as redes sociais da Internet e líderes como ele estão a ter na formação da opinião pública dos jovens e do cidadão em geral.

Isso reforça a ideia de liderança digital legitimada pela presença contínua, conforme discutido por Silva (2023), e reforça o argumento da formação direta da opinião pública pela atuação visível.

Portanto, a partir das declarações apresentadas, compreende-se que os líderes políticos digitais exercem um papel importante na construção da opinião pública moçambicana, particularmente entre os jovens. A atuação recorrente de figuras como Venâncio Mondlane, Quitéria Guirrengane e Clemente Carlos nas redes sociais da Internet, com discursos contínuos, transmissões ao vivo e análise crítica dos acontecimentos políticos, permitiu que os entrevistados formassem percepções sem recorrer às fontes tradicionais como livros, televisão ou à investigação empírica. É o caso da entrevistada D, que reconhece ter reposicionado sua visão política a partir dos conteúdos postados por esses líderes, afirmando que:

É verdade que a credibilidade sobre as instituições democráticas em Moçambique diminuiu por causa da suposta fraude eleitoral, e se por exemplo aparecer alguém da FRELIMO disser para confiar no projecto sustenta, nós não vamos confiar, mas se alguém como Venâncio Mondlane disser vamos desconfiar no projecto sustenta, iremos desconfiar” (Entrevistada D, 11 de Julho de 2025).

Essa influência não se limita ao plano informativo, mas opera também como força mobilizadora, as manifestações convocadas por tais figuras, conforme relatado por pelos entrevistados A e B, geraram impactos concretos no cotidiano das cidades, revelando que a credibilidade simbólica dos líderes digitais é capaz de mobilizar corpos, decisões e afectos.

Esse poder de mobilização não se limita ao discurso verbal dos entrevistados, mas pode ser observado também nas postagens e imagens que circularam nas redes sociais da Internet durante os períodos de convocação em 2024. Os Screenshot 3 e 4 exemplificam esse fenómeno, como a atuação digital de Venâncio Mondlane se traduz em ações concretas e adesão popular. A convocação explícita de Venâncio Mondlane na figura 4 e a resposta imediata dos cidadãos, como descrita pelo usuário que relata a paralisação de Maputo na figura 3, mostra como a presença contínua e estratégica nas redes sociais da Internet permite a esses atores exercer influência sobre decisões cotidianas e afetos coletivos. No contexto moçambicano, marcado por desconfiança institucional, essa liderança simbólica digital assume papel central na construção da opinião pública e na organização de manifestações, consolidando-se como alternativa às formas tradicionais de representação política.

Assim, no contexto de limitada transparência institucional e desconfiança nos meios formais, os líderes digitais passam a assumir a função de intérpretes políticos e na construção da opinião pública, consolidando-se como protagonistas da esfera pública virtual.

3.3. Máscaras Virtuais: A Discrepância Entre Engajamento político *Online* e Participação Real

No contexto da crescente digitalização da esfera pública, a participação política através das redes sociais digitais tem-se afirmado como uma das principais formas de expressão cívica entre os jovens moçambicanos, principalmente os que têm acesso a Internet. Interações como gostos, partilhas, comentários e hashtags passaram a funcionar como indicadores simbólicos de apoio, contestação ou mobilização. Todavia, conforme demonstram os dados empíricos recolhidos, este envolvimento virtual nem sempre se traduz numa participação concreta nos espaços físicos de acção política.

Essa dissonância entre o engajamento digital e a mobilização presencial encontra eco na análise de Shen e Liang (2015) *apud* Ribeiro (2017), ao identificarem que a maioria dos utilizadores dos fóruns por eles estudados consome mais conteúdos do que contribui activamente para o debate. Esta constatação reforça a ideia de que os espaços digitais, ainda que promovam visibilidade e circulação de discursos políticos, apresentam um nível reduzido de deliberação, o que se aproxima da realidade observada em

Moçambique, onde a participação online frequentemente assume uma dimensão performativa e não necessariamente de transformação.

O entrevistado B exemplifica essa disparidade ao afirmar que campanhas com milhares de reações e comentários nas redes sociais não se traduzem necessariamente em presença nas ruas:

Clemente Carlos uma vez organizou uma marcha pacífica na sua página de Facebook, a publicação teve mais de 100 mil gostos, mas no dia da marcha nós não chegamos ao número de 50 pessoas. Principalmente com a oportunidade que a meta tem de fazer a campanha chegar à muitas pessoas através do patrocínio da sua publicação, isso só vai te garantir um número de seguidores e likes nas redes sociais, mas não garante que as pessoas irão mesmo aparecer nas marchas. (Entrevistado B, 30 de Junho de 2025).

Esta constatação é reforçada pelo testemunho da entrevistada F, ao afirmar que, podemos organizar uma marcha pelo dia mundial do autismo e todas as presenças que teremos no espaço digital pode não condizer com o número que teremos no espaço físico, daí que pra mim a interação terra a terra deve andar de mãos dadas com a interação que temos nas redes sociais da Internet.

Este pensamento é ampliado pela entrevistada D, que problematiza a autenticidade das interações no espaço digital. Para ela, “nas redes sociais as pessoas tímidas têm coragem, todo mundo é um Superman e vestimos máscaras”, o que a leva a questionar a legitimidade das redes sociais da Internet como espaço político. Ao considerar que “todos os elementos inerentes à democracia devem ser discutidos presencialmente”, a entrevistada destaca que a participação política digital, embora acessível, pode carecer de compromisso real e envolvimento real.

Diante das evidências empíricas e da problematização teórica apresentada, compreende-se que o engajamento político online, embora favoreça a ampliação do acesso à informação e à liberdade de expressão, revela-se insuficiente enquanto instrumento exclusivo de mobilização social.

A discrepância entre a participação política online e a participação real reflecte não apenas uma limitação estrutural, decorrente da desigualdade de acesso e literacia digital, mas também uma dinâmica comunicacional marcada pela performatividade, fragmentação deliberativa e dissimulação identitária. Neste cenário, as redes sociais da

Internet operam como espaços complementares (e não substitutivos) da esfera pública presencial, exigindo que o exercício democrático se materialize na interacção política directa, onde os compromissos políticos assumem corporeidade, continuidade e densidade argumentativa. Assim, a mobilização política efectiva requer um equilíbrio entre as dimensões virtuais e físicas da participação, sob pena de se reduzir a expressão cidadã a uma lógica de consumo simbólico e efémero, distante das práticas substantivas da democracia.

3.4. Fake News e Manipulação Política nas redes sociais da Internet Moçambicanas

A consolidação das redes sociais da Internet como espaço para a circulação de informações em Moçambique tem revelado, simultaneamente, a sua capacidade de mobilização e a vulnerabilidade estrutural que as torna terreno fértil para a manipulação política. Esse processo, como descreve Estrela & Araújo (2023), ocorre num contexto de desigualdade digital, marcada por limitações de acesso, baixa literacia digital e ausência de mecanismos regulatórios que garantam transparência na mediação de conteúdos. Assim, o campo informacional digital não só espelha os conflitos e tensões da esfera pública tradicional, como também os intensifica.

Tal como argumenta Tsandzana (2024), a desinformação não se resume à difusão de informações equivocadas, mas implica a produção intencional de conteúdos falsos, manipulados com o propósito deliberado de prejudicar indivíduos, organizações ou países. Esse tipo de conteúdo descrito por Tsandzana (2024) tem-se tornado frequente nas redes sociais moçambicanas, seja como instrumento de disputa político-partidária ou como mecanismo de mobilização indevida.

Casos como o da destruição da loja supostamente ligada a figuras do partido FRELIMO, citado pela Entrevistada D, mostram como mensagens não verificadas (como a atribuída a UNAY) podem gerar repercussões físicas e sociais concretas, evidenciando o potencial destrutivo da desinformação.

O nosso Entrevistado A relata ter alterado sua percepção política ao consumir repetidamente conteúdos sobre alegada fraude eleitoral nas redes sociais, revelando o papel das plataformas digitais na reorientação da opinião pública. Como afirmou:

"Muitas pessoas não viram sobre o enchimento das urnas, mas com as evidências que vimos nas redes sociais passamos a acreditar que de facto houve uma fraude eleitoral."

Entrevistado B reforça esse padrão ao narrar como conteúdos disseminados nas redes sociais da Internet não apenas geram engajamento espontâneo, mas também distorcem a mobilização física por meio de interpretações equivocadas ao comentar sobre a convocação de manifestações por figuras públicas, ele afirma:

"Venâncio podia anunciar bater panelas, mas no dia seguinte estavam a queimar pneus, mas não foi ele quem disse, foi quem transmitiu."

Screenshot 5. Postagem de convocação de protesto por Venâncio Mondlane

Fonte: Captura de tela da página oficial de Venâncio Mondlane no Facebook, 2025.





Screenshot 6. Postagem sobre vandalização de caminhão

Fonte: Captura de tela de publicação no Facebook, 2025.

Este padrão de reconfiguração da opinião pública e distorção interpretativa é também observável na circulação de conteúdos visuais nas redes sociais online apresentados no Screenshot 5 e 6. Em Novembro de 2024, por exemplo, foi publicada no Facebook uma convocatória de manifestações por parte do político Venâncio Mondlane, apelando à mobilização pacífica. No mesmo dia, começou a circular uma imagem de indivíduos a vandalizar um caminhão, associada (sem qualquer comprovação) à referida convocação. A sobreposição temporal entre os dois conteúdos gerou interpretações ambíguas e contribuiu para a construção de narrativas que associam a mobilização política à violência urbana.

No concerne à manipulação política, as redes sociais da Internet às vezes são usadas para ocultar pautas sensíveis por meio da actuação de influenciadores digitais, conforme relatado pelo nosso entrevistado, revela uma apropriação deliberada do espaço digital como mecanismo de distração e silenciamento. Trata-se de um novo modelo de gestão do conflito político: sem censura explícita, mas com substituição temática induzida e performada com estética de engajamento. Nesse sentido, o ambiente digital apresenta-se como arena onde o *agenda-setting* é operacionalizado em tempo real, com efeitos diretos sobre a percepção pública e sobre o comportamento cívico.

As manifestações digitais organizadas por figuras públicas, como Venâncio Mondlane, corroboram esta lógica. Como apontado por todos entrevistados, suas comunicações nas

redes sociais mobilizam cidadãos mesmo à distância, revelando que o digital não apenas amplia o alcance das acções políticas, mas as redefine. Contudo, essa amplificação não é neutra como observa a Entrevistada F, ela pode gerar o que se denomina de *rabbit hole*, ou seja, um mergulho unilateral em bolhas informacionais que anulam o contraditório e reforçam posições extremas.

A análise das entrevistas e da literatura revela a ambivalência do espaço digital moçambicano torna-se evidente, por um lado, há um potencial democratizante (acesso ampliado ao debate público, conectividade intergeracional, emergência de novos interlocutores) por outro, observam-se formas de instrumentalização, alienação e fragmentação da experiência política. A Entrevistada C reconhece essa tensão, destacando que a informação nas redes sociais da Internet altera decisões políticas, redefine percepções institucionais e orienta julgamentos sobre figuras públicas ao afirmar que as redes sociais da Internet não são meros canais de comunicação, mas dispositivos políticos que operam na construção e legitimidade da acção colectiva pois nós facilmente nos deixamos influenciar pelo que lemos e vemos nas redes sociais online e não temos tempo para verificar as informações, tomamos elas como verdades principalmente se justificam nossas ideias pré-concebidas.

As *fakes news* operam como ferramentas discursivas capazes de direccionar emoções, reconfigurar narrativas, fragilizar instituições e alterar comportamentos colectivos. Os testemunhos dos entrevistados mostram que a repetição, a estetização da informação e a ausência de mecanismos de validação criam um ambiente informacional onde o falso se apresenta como plausível, e o emocional suplanta o factual.

A dimensão da manipulação política expressa-se não apenas nas estratégias governamentais, como o uso deliberado de influenciadores para redireccionar agendas, mas também na forma como lideranças políticas e sociais exploram o poder das redes para estimular mobilizações, muitas vezes com base em conteúdos distorcidos. Essa lógica expõe a fragilidade dos filtros de interpretação e reforça a urgência de uma literacia digital mais ampla e crítica, capaz de equipar cidadãos para navegar num ecossistema informacional cada vez mais complexo e polarizado.

3.5. Percepções sobre a Eficácia das Redes Sociais da Internet como Espaço de Participação Política

Na perspectiva de Rothberg, Luvizotto & Vanzini (2014) apud Luvizotto (2016), a Internet e os *media* digitais permitem uma nova compreensão da participação, da democracia, do activismo e das identidades colectivas. A partir das ferramentas da Web 2.0, marcadas pela interacção e colaboração, torna-se possível participar em acções sociais colectivas tanto online como offline, uma vez que a estrutura de conectividade da Internet derruba as barreiras do tempo e do espaço, possibilitando a qualquer actor social manifestar-se e deliberar sobre os mais diversos assuntos e contextos sociais.

Esta concepção teórica encontra ressonância nas narrativas dos jovens activistas entrevistados, que de forma recorrente, destacaram que plataformas como Facebook, WhatsApp e X permitem catalisar a participação de grupos invisibilizados, denunciar injustiças e mobilizar rapidamente em torno de causas sociais.

A entrevistada H por exemplo, afirma que participa activamente num movimento juvenil voltado para a promoção da participação política. Segundo a mesma, o uso quotidiano das redes sociais online através da produção de vídeos informativos e textos explicativos constitui uma estratégia para disseminar conteúdos, sensibilizar o público e aumentar o alcance das mensagens, porém sente que após as eleições seu alcance diminui porque não era mais um dos principais temas debatidos.

Não muito distante da experiência da entrevistada H, a entrevistada K relata que passou a utilizar de forma mais estratégica as redes sociais da Internet após observar o envolvimento crescente de outros jovens em debates sobre as eleições, reivindicações de direitos e formas de pressão sobre os governantes. Inspirada por essas práticas, aprendeu a explorar essas plataformas como instrumentos de sensibilização, comunicação política e mobilização para os eventos que organiza.

Esse pensamento é corroborado pelo entrevistado J que apresenta uma leitura mais dialógica e esperançosa das plataformas digitais. Segundo ele, “*os medias digitais e a alfabetização ajudaram muito a melhorar os níveis de percepção dos fenómenos sociais*”, e os acontecimentos políticos de 2023 e 2024 “*despertaram a mente dos cidadãos, mesmo em espaços com pouco acesso à Internet*”. J destaca que “*os jovens conseguem deixar a sua opinião, e essa voz é ouvida pelos governantes*”, mencionando

ainda que *“existem páginas no Facebook que promovem webinars, elaboram posicionamentos e submetem propostas aos governos”*. Para ele, essas plataformas tornaram-se um refúgio para combater a intolerância política, onde as pessoas se sentem minimamente seguras para dizer o que pensam.

Por outro lado, o entrevistado I, por exemplo, refere que *“após a onda de manifestações em 2023 contra a fraude nas eleições autárquicas e a marcha em homenagem ao Azagaia, as redes sociais tornaram-se uma selva, com promoção de intolerância política”*. Embora reconheça que houve maior consciencialização cívica, alerta que as redes sociais online também trouxeram uma visão negativa sobre como a política e as leis funcionam. Ao abordar a questão dos protestos, exemplifica com os chapeiros, observando que qualquer impulso momentâneo paralisa as actividades, sem respeitar os procedimentos legais como o aviso prévio.

Essa crítica é corroborada pelo entrevistado M, que observa que *“muitos jovens não têm educação suficiente, o que facilita a manipulação política dessas pessoas”*. Tal percepção dialoga com estudos recentes que apontam para o crescimento da intolerância política nas redes sociais moçambicanas, especialmente em contextos pós-eleitorais marcados por polarização e desinformação.

As percepções aqui analisadas indicam que as redes sociais da Internet constituem, simultaneamente, espaços eficazes de mobilização política, expressão cívica e tensão discursiva. A partir das narrativas dos jovens entrevistados, observa-se que essas plataformas digitais possibilitam a emergência de novas formas de participação, promovem a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e funcionam como arenas alternativas de debate público. Contudo, também indicam riscos associados à desinformação, à intolerância política e à fragilidade da literacia digital, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs-se a examinar de que modo a participação política através das redes sociais da Internet transforma a opinião pública dos jovens activistas da cidade de Maputo, considerando os desafios éticos, estruturais e informacionais que caracterizam este ecossistema digital. Partindo da hipótese de que plataformas como Facebook, WhatsApp, X e YouTube influenciam a formação da agenda pública ao destacar determinados temas políticos e sociais, orientando o engajamento juvenil, os dados empíricos analisados demonstraram que essa influência é real, embora marcada por ambivalências, pois, as redes sociais embora ampliem o acesso à informação e à expressão política, também foram apontadas como ambientes vulneráveis à desinformação, intolerância e instrumentalização partidária.

Dentre as dimensões captadas ao longo desta pesquisa, destaca-se o facto de que a participação política dos jovens activistas não pode ser compreendida apenas a partir das estruturas formais de representação ou dos canais institucionais tradicionais, pois, a experiência dos jovens activistas da cidade de Maputo mostra que a democracia não se constrói apenas nos gabinetes ou arenas parlamentares, mas também se forja nas timelines, nos comentários e nas hashtags onde se disputa o sentido da política e se reivindica o direito à palavra.

A análise empírica também permitiu captar diversas dimensões da participação política juvenil em ambientes digitais. Dentre elas, destaca-se o facto de que a opinião política dos jovens activistas não é estática, mas sim continuamente reconfigurada pelas interacções, conteúdos e dinâmicas que emergem nas redes sociais online.

A transformação da opinião pública, neste caso, não se dá apenas pela exposição a conteúdos políticos, mas pela vivência quotidiana de práticas comunicacionais que desafiam os limites da esfera pública tradicional. Em suma, as redes sociais da Internet transformam a opinião pública dos jovens activistas em Maputo tanto pela possibilidade de expressão e mobilização, quanto pelos riscos de distorção, manipulação e exclusão.

Reconhece-se, todavia, que este estudo se circunscreve a um recorte geográfico e temporal específico (a cidade de Maputo, entre os anos de 2023 e 2024) o que impõe limites à generalização dos resultados. Além da ausência de uma análise sistemática dos algoritmos que regem a visibilidade dos conteúdos nas redes sociais constitui uma

lacuna que merece atenção. Sugere-se, portanto, que futuras investigações explorem comparações inter-regionais, integrem métricas digitais para mapear padrões de engajamento juvenil e aprofundem o papel da literacia mediática na construção de uma opinião política crítica e informada. Ao abrir caminho para novas perguntas, este estudo reafirma a importância de compreender os modos contemporâneos de participação política juvenil como expressão legítima de cidadania activa, plural e em constante reinvenção.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AfriMAP, Open Society Initiative for Southern Africa. *Moçambique Democracia e Participação Política*, 2009.

AMARAL, Inês, *Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes*, editora Lacon, Portugal, 2026.

ARRAES, R., *Participação política e esfera pública digital: desafios da cidadania em rede*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2023.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar, *Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas*, São Paulo, v.202, 2015.

ARAÚJO, Willian; FREITAS, Ernani. *Quanto custa mudar o mundo? Análise da dimensão discursiva do ciberativismo na Wikileaks*. Revista Fronteiras, v.14, n.2, p.110-120. 2012.

BARBOSA, A. F.; RIBEIRO, M. *Monitoramento de políticas públicas de governo eletrônico*, 2016.

BARBOSA, Bruno, TAVARES, Viviany et al. *O Uso das redes sociais como meio de mobilização social nos protestos nacionais de junho de 2013*, Brasil, 2013.

BATISTA, Karla Cardoso, CERVEIRA, Elisa. *As redes sociais como ferramentas de comunicação política*, 2022.

BOBBIO, Norberto, PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de política*. Trad. Carmem C. Varriale (et al.). V. 1 e 2 Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BRITO, Luís de, *A abstenção eleitoral em Moçambique: entre o desencanto e a crítica política*. In: DE BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio (org.). *Eleições, democracia e desenvolvimento em Moçambique: desafios para a investigação*. Maputo: IESE, p. 71–96, 2019.

BRIGITH, Ana, *Como as redes sociais estão a transformar o debate público em Moçambique?*. Prática da Web – Blogue da Turma, Universidade Eduardo Mondlane, 14 nov. 2024.

BULEGON, Bruna, FOSSA, J., *O Uso dos sites de redes sociais para mobilização: A construção do engajamento em mobilizações feministas sobre o assassinato de Marielle Franco*, Brasil, 2019.

CANTONI, Stefania L., *e-Participação: oportunidades, desafios e relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, Ano 9 – Número 3, 2017.

CAPELLA, Ana Cláudia, BRASIL, Felipe Gonçalves, *O processo de Agenda-Setting para os estudos das políticas públicas*, vol.1, edição nº 6, 2015.

CARDOSO, G., & LAPA, T., *Participação política 2.0: Redes sociais e espaços públicos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

CASSIANI, Arthur Gonçalves, MARCHETTO, Patrícia Borba. *Os Algoritmos E As Redes Sociais: Análise Crítica Acerca Do Processo De Reificação do Usuário*, Brasil, 2024.

CARVALHO, Hamilton Serra, *A democracia Moçambique, Construção, Desafios e perspectivas*, Lisboa, Agosto, 2017.

CASTELLS, M., *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTRO, Darlene Teixeira, *A hipótese do agenda-setting: histórico e integração de conceitos*, v.15, 2011.

CASTRO, Rafael, SOUZA, Ana, MELLO, José et al., *Comunicação política, fake news e redes sociais: uma revisão sistemática da literatura*, Postdata vol.27 no.1 Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2022.

CHAIMITE, Egídio, *(Não) Vale a pena votar? A grande Armadilha da Abstenção Eleitoral em Moçambique*, IDEIAS, Maputo, 2024.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota, *A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação*. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 1–18, maio/ago. 2017.

DAHLGREN, P., *Media and political engagement: Citizens, communication and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DIOGENES, Joao, GOES, Ricardo et al., *Democracia Iliberal e Sociedade em Rede: A era das redes sociais e seus impactos na democracia*, Brasil, 2021.

ESTRELA, S. C. L.; ARAÚJO, E. P. O., *Desafios da transformação digital: infoexclusão, literacia informacional e competências digitais*. In: Comunicação, Cultura e Sociedade. Aveiro: UA Editora, 2023.

FAWKES, J.; GREGORY, A., *Applying communication theories to the Internet*. *Journal of Communication Management*, v. 5, n. 2, p. 109–124, 2000.

FERREIRA, Gonçalo Costa, *Redes Sociais de Informação: uma história e um estudo de caso*, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2018.

FERREIRA, Gustavo, FACHIN, Zulmar, *Participação política na era digital*, v.23, n.01, 2023.

GLYNN, Carroll. *Public Opinion*, Editora Routledge, 2018.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo, REIS, Beatriz, *Democracia Digital: O Papel da tecnologia no restabelecimento dos vínculos sociedade–estado*, v.18, 2019.

GOMES, Wilson, *20 anos de política, Estado e Democracia Digitais: Uma Cartografia do Campo*, pág. 45, 2016.

GOMES, Wilson, *Participação Política Online: Questões e Hipóteses de Trabalho*, 2016.

GOMES, Wilson, *Internet e participação política em sociedades democráticas*, Porto Alegre, n. 27 2005.

GONZÁLEZ, Rodrigo, *Novas formas institucionais de participação na democracia brasileira- perspectiva e limites*, 2012.

GUERRA, A.; BUNGUENE, C., *Protestos pós-eleitorais e crise democrática em Moçambique*. Integrity Magazine Moçambique, 28 jul. 2025.

HABERMAS, Jürgen, *The Structural Transformation of the Public Sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Traduzido por Thomas Burger, com assistência de the assistencia Frederick Lawrence. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

KÖNIG-REIS, Saionara, *e-Participação: oportunidades, desafios e relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, 2017.

LEITE, Flávia Piva, *O exercício da liberdade de expressão nas redes sociais: e o marco civil da Internet*, 2016.

LAPA, Andrea Brandão; COELHO, Livia de Oliveira; SCHWERTL, Simone Leal. *Formação de sujeitos em espaços sociais virtuais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LIMA, Amanda Barros. *Comunicação Política e Novas Mídias Digitais: Identificando processos de informação política no Ciberespaço*, 2014.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus, *Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras*. Comunicação e Sociedade, Braga, v. 30, p. 297–312, 2016.

MACHADO, José. *Jovem / Youth*, Pais Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2021.

MACHONISSE & RIBEIRO, *Cidadania digital e cultura de protesto em Moçambique: liberdade de expressão em julgamento*, Maputo, 2024.

MAGUL, Dias Rafael, CAVALCANTE, Carlos Eduardo, *Efeito dominó: Organizações da sociedade civil, retenção de membros e participação política cidadã em Moçambique- proposições teóricas*, 93-109 p, 2022.

MAGUL, Dias, CAVALANTE, Carlos, *Efeito dominó: organização da sociedade civil, retenção de membros e participação política cidadã em Moçambique, proposições teóricas*, 2022.

MAIA, Manuella, *Redes Cívicas e Internet: Efeitos Democráticos do Associativismo*, Logos, v.14, n2, 2002.

MANGONI, Antônio Francisco, CAMARGO, Aline Cristina et al., *A Internet Como Indutora da Participação Política: Mídia, Tecnologia e Engajamento Nos Ambientes Digitais*, Brasília, 2017.

MARCHETTO, P. B.; CASSIANI, A. G., *Os algoritmos e as redes sociais: análise crítica acerca do processo de reificação do usuário*. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, Franca, v. 28, n. 47, p. 109–124, 2024.

MARQUES, A. C. S.; MARTINO, L. M. S. (Orgs.), *Teorias da comunicação: processos, desafios e limites*. São Paulo: Editora Plêiade, 2015.

MARTELLO, Gabriella, COAN, Wercke, *Redes sociais como ferramenta de mobilização social*, 2013.

MARTIN, Nuria Belloso, GORCZEVSKI, Clovis. *Cidadania, Democracia e participação política: Os desafios de século XXI*, Ed: Unisc, 2018.

MATSIMBE, Zefanias, *Estudos Eleitorais e África: Desafios Teóricos, Metodológicos e conceptuais*, IESE, *Desafios para Moçambique*, 2018.

McCOMBS, M. E.; SHAW, D. L., *The agenda-setting function of mass media*. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

MENDES, Lavinia de Sousa Almeida, *Black Lives Matter: Gênese e adaptações do Movimento*, Brasil, 2022.

MIDÕES, Miguel Ângelo Rodrigues, *Opinião Pública, mídia e líderes de opinião: um estudo exploratório sobre a influência dos média e dos líderes de opinião na formação da opinião pública*, [tese de mestrado], Universidade De Tras Os Montes de Alto Douro, Vila Real, 2009.

MITOZO, Isabele, MASSUCHIN, Michele, *Engajamento público e democrático: uma análise da participação institucional na cidade de São Paulo*, 2020.

NASCIMENTO, Ednardo de Souza, *A influência da Internet como espaço de participação no cotidiano da democracia política*, v01, 2016.

NHANTUMBO, Ilídio, *Analfabetismo político entre moçambicanos alfabetizados: Digitalização e erosão da participação política*, IESE, *Desafios para Moçambique* 2018.

NICOLETTI, André Selayaran, *Participação política convencional e não convencional dois fenômenos contraditórios?* 2013.

NORTH, Douglass, *Instituições, Mudanças Institucional e Desempenho Econômico*, Cambridge University Press, 1990.

OKIBO, Charles, *American Commuication Theories and african communication reserach: need for philosophy of african communication*, 1987.

OLICSHEVIS, Giovana, *Mídia e Opinião Pública*, Revista Vernáculo, n. 17 e 18, 2006.

OLIVEIRA, Wilson, *Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção*, v.26, 2021.

OMOTOYO, Funmilola, FOLURUNSO, Matthew, *Use of social media for political participatin by youths in oyo state*, Nigéria, 2020.

PARISER, E., *The filter bubble: what the Internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.

PARLAMENTO JUVENIL DE MOÇAMBIQUE, *Participação política juvenil em Moçambique: desafios e perspectivas*. Maputo: PJM, 2014.

POELL, T., NIEBORG, D., & van Dijck, J. *Platforms and Cultural Production*. Cambridge: Polity Press. 2020.

PEREIRA, T. & REZEND, L. (2024). *Democracia e desinformação na era da plataformação*.v. 8, p. 276–279. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/direito/wp-content/uploads/sites/397/2025/02/Anais-SEMPEX-Vol.-8-2024-276-279.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

POLAT, Karakaya [A Internet e a Participação Política](https://www.researchgate.net/publication/249720586_The_Internet_and_Political_Participation?enrichId=rgreq-03a7f46a2b5d40b97b653af10c0f5933-), 2005 disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249720586_The_Internet_and_Political_Participation?enrichId=rgreq-03a7f46a2b5d40b97b653af10c0f5933-

[XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI0OTcyMDU4NjtBUzoyNDY2ODcwMzc5MTUxNDIAMTQzNTgyNjE4MTM0OQ%3D%3D&el=1 x 3& esc=publicationCover Pdf](#), acessado 28 de junho 2024.

PRUDÊNCIO, Kelly, *Comunicação e Mobilização Política na Internet*, 2009.

REDACTOR MZ, *O fenómeno Venâncio Mondlane: Vozes do Silêncio*. Redactor MZ, Maputo, 3 jan. 2025. Disponível em: [O fenómeno Venâncio Mondlane: Vozes do Silêncio - Redactormz](#), Acesso em 14 de julho 2025.

RAMOS, M. P., *Democracia digital: A política na era da internet*. São Paulo: Paulus, 2017.

RIBEIRO, Manuella, BARBOSA, Alexandre, *Medição do uso da Internet para a participação: Desafios para governo e sociedade no Brasil*, in: *Democracia Digital, Comunicação Política e Redes*, 2016.

RIBEIRO, H. C. L. *Participação política a partir de iniciativas online: possibilidades, limites e desafios para a democracia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUES, Luciano Braz dos Santos, *As Contribuições das Redes Sociais como Ferramenta de Governança e Interação com os Cidadãos: O Caso da Prefeitura Municipal de Salvador*, [tese de mestrado], Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021.

SA, Patrícia, MOREIRA, Antônio, et al., *Reflexões em torno de metodologias de investigação e recolha de dados*, Brasil, 2021.

SAAD, E, *Sociedade digitalizada: plataformação das relações e uma privacidade zerada*. *Jornal da USP*. 2019.

SAMPAIO, Rafael, *Participação Política e os Potenciais Democráticos na Internet*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.- jun. 2010.

SERRA, J. Paulo, *Manual de Teoria da Comunicação*, Universidade da Beira Interior 2007.

- SILVA, André, *Internet, hipertexto e Manifestações via web*, 2016.
- SILVA, Carolina Rocha, *As eleições e a democracia moçambicana*, 2016.
- SILVA, Carolline Ribas Amary, *Redes Sociais e esfera pública: A legitimação da participação política no cenário democrático brasileiro*, v.6, 2020.
- SILVA, Sivaldo, BRAGATTO, Rachel Callai, et al., *Democracia Digital, Comunicação Política E Redes*, Editora Folio Digital, 2016.
- SILVA, Joscimar Souza, *Os mandatos da antipolítica: líderes políticos digitais e a representação política na América Latina*, Revista Compolítica, v. 13, n.1, Brasília, 2023.
- SILVANO, Matheus de Araújo Leite, RUSSO, Vitor Takeshi Murai, *Redes Sociais: A influência dos algoritmos na Polarização Política Brasileira.*, Brasil, 2022.
- SOUSA, João Carlos, MORAIS, Ricardo, *A mobilização cívica na era das redes sociais no Facebook*, 2021.
- TEMER, Ana Carolina, NERY, Vanda Cunha, *Para entender as teorias da comunicação*, editora: aspectus, 2004.
- TSANDZANA, Dércio, *Jovens Urbanos E Internet Em Moçambique: Despolitizados ou Portadores de “Novas” Formas De Participação Política?*, Revista Comunicação & Sociedade, Maputo, n. 11–12, p. 59–87, 2022.
- TSANDZANA, Dércio, *Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados*, Comunicação e Sociedade, Braga, v. 34, p. 235–250, 2018.
- TSANDZANA, Dércio, *Redes sociais, fake news desinformação e cibersegurança no contexto de eleições democráticas em Moçambique*, Maputo, p.1-5, 8 ago. 2019.
- TSANDZANA, Dércio, *Realidades Sociais, Activismos e Internet: novas vozes na contemporaneidade*, In: **Activismos em África**. Universidade do Porto, jan. 2023. Comunicação apresentada no Painel 4.

TSANDZANA, Dércio, *Entre a Oscilação da Internet e a Desinformação: o Enredo das Eleições Municipais em Moçambique*. *Comunicação & Sociedade*, Maputo, n. 13, p. 40–56, 2024.

VIEIRA, Vivian, *O Papel da Comunicação Digital na Primavera Árabe: Apropriação e Mobilização Social*, Brasil, 2013.

WEAVER, Shannon, *The Mathematiical Theory of Communication*, Univercity Illions Press, 1948.

ZECA, Kátia, *Factores que tem influenciado a participação política no processo de democracia em Moçambique*, nº 1990. Porto Alegre, 2021.

ZENHA, Luciana, *Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?* 2018.

Legislação

Constituição da República de Moçambique, *Artigo 48: Liberdade de Expressão e Informação*, 2004.

Constituição da República de Moçambique, *Artigo 51: Direito de Petição, Queixa e Reclamação*, 2004.

Constituição da República de Moçambique. *Artigo 52: Direito de Resistência*, 2004

Constituição da República de Moçambique. *Artigo 53: Direito de Indemnização e Responsabilidade do Estado*, 2004.

Constituição da República de Moçambique. *Artigo 73: Direitos e Deveres dos Trabalhadores*, 2004.

Lei n.º 7/2018 de 3 de Agosto. *Artigo 78: Requisitos do exercício do direito do voto*.

APÊNDICE

Roteiro de questões para as Entrevistas

1. Qual é o seu nível de escolaridade neste momento: primário, secundário, técnico ou superior?
2. Qual a sua frequência de uso das redes sociais da Internet para temas políticos?
3. Fala-me um pouco sobre como costuma envolver-se em questões políticas (seja online ou offline)
4. Na sua opinião, quais são os principais assuntos políticos (eleições, governação, justiça social, corrupção ou segurança) são mais debatidos nas redes sociais em Moçambique? E por que razão acredita que esses temas ganham mais visibilidade?”
5. Alguma vez passou a atribuir maior importância a determinado tema político (eleições, governação, corrupção, marchas de carácter político, etc.) após o ter observado com frequência nas redes sociais da Internet, seja através de publicações, hashtags ou debates? Poderia indicar um exemplo concreto?
6. De que forma as redes sociais da Internet têm influenciado sua visão sobre política em Moçambique?
7. Acredita que os debates políticos nas redes sociais contribuem para uma maior consciência cívica ou, pelo contrário, ampliam a desinformação?
8. Já participou de mobilizações políticas⁴ organizadas através das redes sociais? Como foi essa experiência?
9. Qual o impacto que acredita que as redes sociais têm na formação da opinião pública dos jovens activistas?
10. De que forma a interação entre cidadãos e políticos nas redes sociais influencia a percepção sobre as instituições democráticas?

⁴ A mobilização política pode ser entendida como o processo mediante o qual indivíduos ou grupos se organizam coletivamente para influenciar decisões políticas, reivindicar direitos ou expressar interesses, quer por meio de instituições formais, quer por vias não institucionais. (RODRIGUES, A. T, 2004)

11. Pode descrever de que forma as redes sociais da Internet contribuíram, na sua percepção, para a mobilização e organização de manifestações políticas em Moçambique?
12. Acredita que as redes sociais podem substituir os métodos tradicionais de participação política? Ou vê esses espaços como complementares?
13. Na sua perspectiva, o que muda quando a participação política ocorre nas redes sociais, em comparação com os meios tradicionais como as eleições, a filiação partidária ou a presença em comícios? Que vantagens ou limitações destacaria?
14. Na sua opinião, de que forma as redes sociais da Internet têm contribuído para o alargamento ou a limitação do debate público em Moçambique?
15. Já mudou de opinião sobre um tema político devido a informações vistas em redes sociais? Poderia dar exemplos?

Lista de entrevistados

Nome	Data	Papel	Metodologia
Apolinario Matlhombe	27/06/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Angelica Bila	29/06/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Ancha Cossa	17/07/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Amélia Machaieie	17/07/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Dircy Manjate	04/10/2025	Activista Social	Entrevista online
Euridese Samuel	11/07/2025	Activista Social	Entrevista online
Luís Enoque	02/10/2025	Activista Social	Entrevista online
Luís Pinho	17/07/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Leonor Mabunga	15/07/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Maria de Fatima Cessar	05/08/2025	Activista Social	Entrevista online
Telma Catrura	02/07/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Uzna Monteiro	10/07/2025	Activista Social	Entrevista online
Vasco Tembe	02/07/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Suzana Sulemane	04/10/2025	Activista Social	Entrevista presencial
Xavier Manhiça	02/10/2025	Activista Social	Entrevista presencial